



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR: UMA
AVALIAÇÃO DO PRONAF – A NO ASSENTAMENTO NORMANDIA EM
CARUARU - PE**

JOABE ROBSON TEIXEIRA FONSECA

RECIFE, ABRIL/2018

JOABE ROBSON TEIXEIRA FONSECA

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR: UMA
AVALIAÇÃO DO PRONAF – A NO ASSENTAMENTO NORMANDIA EM
CARUARU - PE**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Administração e Desenvolvimento Rural, na área de concentração em Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural Sustentável do PADR - Programa de Pós-graduação em Administração e Desenvolvimento Rural da Universidade Federal Rural de Pernambuco

Orientador:

Prof^a Dr. Romilson Marques Cabral

RECIFE, ABRIL/2018

JOABE ROBSON TEIXEIRA FONSECA

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR: UMA
AVALIAÇÃO DO PRONAF – A NO ASSENTAMENTO NORMANDIA EM
CARUARU - PE**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Administração e Desenvolvimento Rural, na área de concentração em Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural Sustentável do PADR - Programa de Pós-graduação em Administração e Desenvolvimento Rural da Universidade Federal Rural de Pernambuco

APROVADA EM: 27 DE FEVEREIRO, 2018

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Romilson Marques Cabral (Orientador) -
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Presidente

Prof. Dr. Tales Wanderley Vital
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Examinador Interno

Prof. Dr. Alessandra Carla Ceolin
Examinadora Externa

Ludimille Amaral, José dos Santos Fonseca, Ruzia Maria Teixeira, minha avó Jocely, Cleide Amaral, Vítor e Léo: se essa conquista é grande ou pequena eu não sei, mas ela é para vocês.

AGRADECIMENTOS

Devo agradecer ao meu orientador, Romilson Marques Cabral, por ter me ajudado tanto com sua sabedoria e experiência em tantos anos de sala de aula; aos queridos membros da minha banca: Alessandra Ceolin, Tales Vita, e Rodolfo Maia; Meus amigos de jornada: alunos do PADR que ingressaram no mestrado comigo dois anos atrás; e a minha família pela força de sempre.

*“O amor não deitará em vosso leito, pois ele
cheira a suor e a sangue de inocentes.”*

**Bíblia
Sagrada**

“Chila, relê, domilindró”.

**Nação
Zumbi**

*“Eu tenho uma porção de coisas grandes para
conquistar, e não posso ficar aqui parado.”*

Ouro de Tolo – **Raul
Seixas**

RESUMO

O estudo avalia os efeitos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF A, modalidade destinada a assentados da reforma agrária especificamente na capacidade produtiva do Assentamento Normandia no município de Caruaru - PE. A base teórica da pesquisa parte dos estudos de Abramoway e Veiga, os primeiros autores a inserir o conceito de “agricultura familiar” nas ciências sociais, no vocabulário governamental e de políticas públicas no Brasil. A abordagem foi quantitativa e qualitativa de caráter exploratório. Para Análise Qualitativa foi utilizada a técnica de análise de conteúdo. Os resultados da pesquisa mostram que o PRONAF-A foi responsável pelo aumento da produção e da produtividade das atividades agrícolas financiadas. Além do aumento da produção, observou-se a diversificação das atividades exploradas, contribuindo para a manutenção de 40 empregos diretos no local. O estudo também aponta que deve haver um maior acompanhamento e fiscalização por parte das instituições financeiras e de assistência técnica para manter a efetividade do programa, bem como a necessidade da intersectorialidade tanto dos programas destinados especificamente ao meio rural quanto os destinados à oferta de serviços públicos, como saúde, transporte, educação e acesso à água.

Palavras-chave: Políticas públicas; Assentamentos rurais; Desenvolvimento sustentável; avaliação; PRONAF.

ABSTRACT

The study evaluates the effects of the National Program for the Strengthening of Family Agriculture - PRONAF A, a modality destined to settlers of the agrarian reform specifically in the productive capacity of the Settlement Normandia in the municipality of Caruaru - PE. The theoretical basis of the research is based on the studies of Abramoway and Veiga, the first authors to insert the concept of "family farming" in the social sciences, government vocabulary and public policy in Brazil. The approach was quantitative and qualitative of exploratory character. For Qualis analysis, the content analysis technique was used. The results of the survey show that PRONAF-A was responsible for increasing production and productivity of financed agricultural activities. In addition to the increase in production, the diversification of the activities explored was observed, contributing to the maintenance of 40 direct jobs in the area. The study also points out that there should be greater monitoring and supervision by financial institutions and technical assistance to maintain the effectiveness of the program, as well as the need for intersectoriality of both programs specifically aimed at rural areas and those destined to the provision of public services, such as health, transportation, education and access to water.

Keywords: Public policy; Rural settlements; Sustainable development; evaluation; PRONAF.

Sumário

1	Introdução	15
1.1	Justificativa	18
1.2	Problematização	19
1.3	Objetivos	20
1.4.1	Objetivo geral	20
1.4.2	Objetivos específicos	20
2	REFERENCIAL TEÓRICO	21
2.1	Agricultura de base familiar e os assentamentos rurais no Brasil	21
2.1.1	A Agricultura Familiar no Brasil	21
2.1.2	Assentamentos Rurais	25
2.2	A Política de crédito rural brasileira - o PRONAF e o PRONAF-A	29
2.2.1	A Política de Crédito Rural Brasileira	29
2.2.2	O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)	34
2.2.3	PRONAF- A	44
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	47
3.1	Local da pesquisa	47
3.1.2	Panorama econômico de Caruaru	48
3.2	Objetivo e classificação da pesquisa	52
3.3	Universo da pesquisa	52
3.3.1	Área de execução da pesquisa	53
3.3.2	População da pesquisa	53
3.3.3	Forma de seleção dos sujeitos da pesquisa	53
3.3.4	Tipo de amostra e determinação de seu tamanho	54
3.3.5	Método da pesquisa	54
3.3.6	Pesquisa de campo: Desenvolvimento da pesquisa	55
3.4	Coleta de dados	55
3.4.1	Técnica 1 – Pesquisa Bibliográfica e Documental	55
3.4.2	Técnica 2 – Entrevista Individual	56
3.5	Análise dos dados	59
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	61
4.1	Levantamento do perfil dos Assentados	61
4.2	Análise de como a comunidade listada tem contribuído para a efetiva incorporação dos benefícios do PRONAF- A quanto à sustentabilidade econômica e social do assentamento	63
4.3	As contribuições do PRONAF-A para o aumento da capacidade produtiva das famílias assentadas partindo-se da análise de crédito, assistência técnica e ocupação do assentamento	70
4.3.1	Caracterização e análise do crédito	70
4.3.2	A Assistência técnica	75
4.3.3	A ocupação no Assentamento	78
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	80
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	85
	APÊNDICE Nº 01 – ROTEIRO DE ENTREVISTA INDIVIDUAL	91
	APÊNDICE Nº 02 – ROTEIRO DE ENTREVISTA INDIVIDUAL	93

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – PRONAF/Brasil: Número de contratos e Valores contratados por ano fiscal indo de 1999 à 2016.....	43
Figura 2 – Localização do Município de Caruaru em Pernambuco.....	48
Figura 3 - Mapa dos municípios que compõem o vale do Ipojuca, estado de Pernambuco.....	51
Figura 4 – Distribuição Proporcional (%): Aumento da área plantada dos Assentados com a contribuição do PRONAF.....	67
Figura 5 - Distribuição Proporcional (%) Comparativa das Atividades Financiadas antes e depois do Financiamento.....	67
Figura 6 – Distribuição Proporcional (%) da Alteração na Produção das Atividades de Feijão e Milho.....	68
Figura 7 – Distribuição Proporcional (%) da Regularidade dos Assentados com o Financiamento e da Dificuldade para Pagar Financiamento.....	72
Figura 8 – Distribuição Proporcional (%) da Opinião dos Assentados em relação ao PRONAF e melhoria nas Condições de Vida.....	73
Figura 9 – Distribuição Proporcional (%) Tipo de Financiamento e desejo sobre novos financiamentos.....	79

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - N° de Estabelecimentos Familiares no Brasil por Região, a partir do Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO 2000.....	23
---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição Quantitativa e Proporcional (%) dos Agricultores Segundo a Área de Terra Disponível no Desenvolvimento das Atividades.....	24
Tabela 2 - Nº de Contratos e Recursos aplicados no PRONAF- A no Período de 2013 a 2017.....	46
Tabela 3 - Produto Interno Bruto, a preços correntes – Brasil, Pernambuco e Caruaru – 2010-2016.....	49
Tabela 4 - Ranking do PIB de Caruaru em relação aos demais municípios do Brasil, Nordeste e Pernambuco – 2010-2014.....	49
Tabela 5 - Número de contratos e montante de crédito do PRONAF aplicados para Caruaru de 2013 a 2017.....	50
Tabela 6 - Número de contratos e montante de recursos para os municípios que compõem a microrregião do Vale do Ipojuca.....	51

LISTA DE QUADROS

QUADRO I – OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS.....	57
QUADRO II – ETAPAS DA ANÁLISE DE CONTEÚDO.....	58
QUADRO III – DECODIFICAÇÃO - ANÁLISE DE CONTEÚDO.....	60

LISTA DE SIGLAS

BACEN – Banco Central do Brasil

BNB – Banco do Nordeste

BB – Banco do Brasil

BIRD – Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento

BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

CREA I – Carteira de Crédito Agrícola

CRESOL – Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DAP – Declaração de Aptidão ao PRONAF

FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador

FMI – Fundo Monetário Internacional

FUNTEPE – Unidade Técnica Fundo de Terras de Pernambuco

IBASE – Instituto Brasileiro de Análise Sociais e Econômicas

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INEC – Instituto Nordeste Cidadania

IPA – Instituto Agronômico de Pernambuco

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PNAE – Programa Nacional de Alimentos Escolar

PIB – Produto Interno Bruto

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SICCOOB – Sistema de Crédito Cooperativo.

1 Introdução

No Brasil, a agricultura familiar está presente em quase 85% das propriedades rurais do país. Aproximadamente metade desse percentual está concentrado na região nordestina. O nordeste é responsável por cerca de 1/3 da produção total geral da agricultura familiar. Segundo dados do IBGE (2009). A agricultura familiar é objeto de discussão em diversas regiões do país, modalidade essa que é composta por pequenos e médios produtores. Segundo o IBGE (2009).

Conforme afirma Aleixo, Cruz e Lima (2007, p. 3), “a agricultura familiar é caracterizada por pequenos produtores, pequenos agricultores, colonos e camponeses que empregam o trabalho de todos os membros da família”, sendo esta uma alternativa econômica para muitas famílias brasileiras na luta pela sobrevivência.

Essa atividade, presente na economia há séculos, vem a duras penas sobrevivendo diante do avanço das grandes propriedades do agronegócio, tendo ainda grande relevância e representação na produção de alimentos no Brasil. Segundo dados do IBGE (2009), a agricultura familiar é responsável por 70% dos alimentos consumidos diariamente pelos brasileiros, por 64% das oportunidades de ocupação no meio rural e por 10% do Produto Interno Bruto (PIB) do país.

Contudo, essa representatividade no cenário produtivo nacional nem sempre foi assim. A “revolução verde” permitiu a difusão de um novo padrão tecnológico durante e após a Guerra Fria, que privilegiou o avanço das grandes indústrias ligadas ao agronegócio, que viviam um momento de espetacular produtividade, ganhavam cada vez mais espaço e tiravam a competitividade do produto do pequeno produtor; neste contexto, a agricultura familiar se viu perdendo força diante de tal avanço (ORTEGA, 2008). As novas tecnologias e o facilitado acesso ao crédito disponíveis aos grandes produtores e de difícil acesso aos pequenos, levaram estes a buscarem proteção por parte dos governantes para que, através de políticas públicas, conseguissem manter-se sobrevivendo em suas atividades (ORTEGA, 2008).

A criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), em 1965, surgiu como uma importante política de financiamento agrícola, atendendo, porém, apenas aos grandes produtores e excluindo de tais benefícios a maioria dos agricultores familiares (NUNES et al,2015). O governo Sarney, compreendendo a importância

desse segmento, realizou algumas tentativas frustradas por meio de políticas de apoio à agricultura familiar ao longo do tempo, a exemplo do Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (PROCERA). Por essa razão, Mattei et al. (2006) afirmam que, de um modo geral, no início dos anos 1990, não havia nenhuma política pública direcionada aos agricultores do âmbito familiar, que era caracterizada de forma muito instrumental e imprecisa na burocracia estatal.

Nesse contexto, em 1996 o governo, sob a gestão de Fernando Henrique Cardoso, criou o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), cuja finalidade era garantir e disponibilizar crédito aos agricultores familiares que, até então, desprovidos de patrimônio e garantias bancárias, não tinham acesso ao crédito nas instituições financeiras. O PRONAF trouxe ao agricultor familiar acesso específico ao crédito, tendo como objetivo promover o desenvolvimento e a redução das desigualdades sociais e regionais.

De acordo com o Manual Operacional do PRONAF (2000), tal política propõe fortalecer a agricultura familiar através do apoio técnico e financeiro, gerando empregos, proporcionando mais qualidade de vida ao pequeno produtor e promovendo desenvolvimento rural sustentável, que, segundo Veiga (2010, p.31), não pode ser considerado simplesmente como crescimento econômico quantitativo, “devendo ser entendido como processo de transformação da sociedade”.

O PRONAF passou por diversas mudanças em sua existência na busca do aprimoramento no atendimento aos objetivos traçados, porém encontra-se ainda fragilidades no ciclo que envolve a concessão do crédito. De acordo com dados do Banco Central do Brasil, ano a ano têm sido disponibilizados mais recursos destinados ao crédito rural, porém o crescente volume de recursos não se reflete em efetivo desenvolvimento socioeconômico nas regiões mais carentes. De acordo com a mesma fonte, apenas 8% das operações de crédito do PRONAF são realizadas na região Nordeste, enquanto 37% estão concentradas na região Sul do país. Tal realidade inquieta pesquisadores e organizações coletivas, promovendo discussões questionando se o não desenvolvimento nessas regiões se deve ao baixo volume de recursos proporcionalmente destinados ou à má gestão dos recursos por parte dos pequenos produtores tomadores do crédito.

A forma como o recurso é utilizado está diretamente relacionada com a forma de gerenciamento que o agricultor familiar beneficiado utiliza em seu empreendimento rural.

Conhecer como se dá a utilização dos recursos concedidos através do PRONAF pode contribuir para a melhoria do fluxo de concessão e utilização do crédito.

Diante disso, para o presente estudo, escolheu-se pesquisar o PRONAF-A. Ou seja, buscou-se avaliar se o financiamento das atividades exploradas por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, Grupo A, estava permitindo mudanças na capacidade produtiva dos agricultores no assentamento Normandia, no município de Caruaru - PE.

Conforme o Manual de Crédito Rural (MCR), (BACEN, 2010), o PRONAF-A é destinado aos agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) ou beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) que não tenham sido contemplados com operação de investimento sob a égide do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA), ou que ainda não tenham sido contemplados com o limite do crédito de investimento para estruturação no âmbito do PRONAF.

Além desta introdução, o trabalho possui mais quatro capítulos. O Segundo capítulo mostra a situação dos agricultores familiares no Brasil, discute o conceito de agricultura familiar e suas características, bem como dos assentamentos, além de examinar a Política de Crédito Rural no Brasil, descrever o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, sua criação, seus beneficiários, suas linhas de crédito, bem como algumas análises sobre o programa, inclusive o PRONAF - A. O Terceiro capítulo descreve o percurso metodológico utilizado para a realização do estudo, o método, os instrumentos e técnicas adotados, bem como os indicadores utilizados na avaliação do PRONAF - A. O Quarto capítulo analisa os efeitos do PRONAF - A na capacidade produtiva do Assentamento Normandia a partir de indicadores de produção, diversificação das atividades rurais, ocupação, crédito e assistência técnica. O quinto capítulo apresenta as considerações finais do estudo, sugerindo algumas melhorias para o programa.

1.1 Justificativa

Este estudo busca compreender as estratégias de gestão dos recursos obtidos através do crédito do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar PRONAF, grupo A no Assentamento Normandia.

Observa-se uma certa escassez de avaliações para esta linha específica do PRONAF, sobretudo em abordagens locais, na medida em que pudessem captar especificidades do município e dos agricultores familiares que ali produzem. Outro fator de interesse para tal investigação está associado à importância socioeconômica que o programa proporciona aos agricultores beneficiários, uma vez que o financiamento objetiva oferecer condições para o desenvolvimento e da reprodução dessa categoria, possibilitando melhoria na qualidade de vida no campo e o bem estar familiar.

Como evidências da importância econômica do programa, dados do BACEN (2017) revelam que em 2016, o PRONAF mobilizou R\$ 18 bilhões aplicados em um pouco mais de 1,3 milhões de contratos. Para Pernambuco, R\$ 316 milhões foram aplicados, distribuído em quase 73 mil contratos. Nesse sentido, a manutenção e o gerenciamento desses recursos geram custos elevados à União, de forma que a realização de diagnósticos sobre esta política pública é desejável, no sentido de minimizar custos de operacionalização e aumentar sua eficiência.

Apesar dos indícios de dificuldades no acesso e de outros entraves que serão explanados mais adiante, acredita-se que o PRONAF – A detenha forte contribuição sobre a produção e em aspectos socioeconômicos. Dessa forma, a hipótese que se sustenta nesse estudo é a de que esse programa permitiu o aumento da produção das propriedades familiares pertencentes ao Assentamento Normandia no município de Caruaru – PE, que obtiveram acesso ao crédito.

Particularmente, não se encontrou qualquer relato ou pesquisa científica à respeito do PRONAF-A em Caruaru, nem mesmo documentos que caracterizassem a agricultura familiar nesse município. Com isso, o estudo gerou informações potencialmente relevantes à respeito dessa categoria e sobre o programa investigado. Observa-se que o montante de recurso aplicado no município é o quarto maior entre todos os outros municípios que compõem a microrregião do Vale do Ipojuca, a qual Caruaru faz parte. Adiante detalha-se os percentuais equivalentes a esses recursos e ao número de contratos aplicados no município.

Com os resultados da pesquisa, pretende-se contribuir para o aperfeiçoamento do programa, bem como permitir uma melhor compreensão sobre o objeto de estudo para subsidiar outras pesquisas sobre o tema.

1.2 Problematização

Conforme o Manual de Crédito Rural (MCR) (BACEN, 2010), o PRONAF tem como finalidade promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda, por meio do apoio financeiro das atividades agropecuárias e não-agropecuárias exploradas mediante emprego direto da força de trabalho da família produtora rural.

Caruaru é o município com a quarta maior aplicação de recursos do PRONAF na microrregião do vale do Ipojuca, que agrega 16 municípios no estado de Pernambuco. Em 2017, foram aproximadamente R\$ 2,7 milhões aplicados no município, correspondendo a um pouco mais de 7% do total de recursos para a microrregião. BNB (2017). Este foi um dos motivos a qual se levou à escolha do município para estudo. Adiante, detalha-se com maior propriedade a respeito de Caruaru e aos aspectos técnicos que auxiliaram na elaboração da pesquisa.

Tendo por base a finalidade do programa, é que se pretendeu avaliar os efeitos do Programa Nacional de Fortalecimento de Agricultura Familiar, Grupo A, ou seja, observar se o financiamento das atividades exploradas permitiu mudanças na capacidade produtiva dos agricultores.

O Assentamento Normandia está Localizado às margens da BR 104 que corta o município, e cujas 40 famílias assentadas vivem no local, antes improdutivo, desde o ano de 1996. Ao todo, o Assentamento tem 540 hectares.

Apesar dos indícios narrados, de dificuldades no acesso e de outros entraves como falta de água, pouca assistência técnica, atravessadores, entre outros, a hipótese levantada é de que o PRONAF – A contribua de alguma forma para a viabilidade dos lotes de assentamento de reforma agrária na localidade objeto de verificação. A questão central que orienta o presente estudo é: de que forma o Programa aliado à gestão associativa vem permitindo o aumento da produção das

propriedades familiares que obtiveram acesso ao crédito, no município de Caruaru – PE?

1.3 Objetivos

1.4.1 Objetivo geral

Avaliar se o PRONAF – A vem contribuindo para a sustentabilidade socioeconômica das famílias assentadas no Assentamento Normandia, proporcionando o aumento da capacidade produtiva, da geração de empregos e melhoria da renda dessas famílias.

1.4.2 Objetivos específicos

- 1) Levantar o perfil sócio-demográfico dos Assentados da comunidade em estudo;
- 2) Analisar como a comunidade listada tem contribuído para a efetiva incorporação dos benefícios do PRONAF- A quanto à sustentabilidade econômica e social do assentamento;
- 3) Verificar as contribuições do crédito, assistência técnica e ocupação do assentamento via PRONAF-A para o aumento da capacidade produtiva das famílias assentadas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Agricultura de base familiar e os assentamentos rurais no Brasil

Neste capítulo serão discutidos os conceitos e características do objeto de estudo deste trabalho, que é o Assentamento Normandia o qual está inserido no segmento da agricultura familiar que desenvolve suas atividades em assentamentos rurais, além de mostrar sua distribuição espacial e de terra disponível no desenvolvimento de suas atividades por região.

2.1.1 A Agricultura Familiar no Brasil

Desde meados dos anos de 1990, a agricultura familiar vem conquistando destaque na pauta de debates sobre políticas públicas. Os estudos e pesquisas têm demonstrado sua importância para o desenvolvimento socioeconômico equilibrado e sustentado. (CERQUEIRA; ROCHA, 2002).

Para Bastos (2006), o termo agricultura familiar é novo no Brasil e surgiu em 1991, com a tese de Ricardo Abramoway, sendo reforçado por Eli da Veiga, em 1994, pelo estudo realizado para a Organização para a Alimentação e a Agricultura.

Segundo Abramoway e Pikety (2005, p. 57), a expressão “agricultura familiar” “é de uso recente no vocabulário científico, governamental e das políticas públicas, no Brasil”. Deste modo, na literatura brasileira podem ser encontradas diferentes definições e caracterizações a respeito do que vem a ser agricultura familiar, pois o agricultor familiar, além de apresentar uma enorme diversidade de situações, passa por condicionantes históricos diferentes. (PIETRAFESA, 2002).

Antes de 1995, os termos utilizados eram pequena produção, produção de baixa renda, de subsistência, agricultura não-comercial e revelavam o tratamento dado a esse segmento social. (ABRAMOWAY; PIKETY, 2005).

Neste sentido, os muitos conceitos e definições:

[...] procuram identificar a enorme heterogeneidade existente nesse segmento da agricultura brasileira que, recentemente e de forma mais ampla, vem sendo chamado de produtores ou agricultores familiares. As dificuldades estão tanto na diferenciação entre agricultores

familiares e capitalistas quanto no entendimento da complexidade existente no próprio segmento considerado familiar (CERQUEIRA; ROCHA, 2002, p. 106).

Conforme Cerqueira e Rocha (2002), podem ser destacados três atributos básicos para a delimitação da agricultura familiar: trabalho, gestão e propriedade.

Levando-se em consideração esses aspectos, “é possível encontrar variadas formas de produção agrícola com características familiares em um *continuum* que varia entre a agricultura de subsistência e a agricultura quase capitalista”. (CERQUEIRA; ROCHA, 2002, p. 106).

No entanto, para Denardi (2001), os empreendimentos familiares têm duas características principais: eles são administrados pela própria família; neles a família trabalha diretamente, com ou sem o auxílio de terceiros. Assim, “a gestão é familiar e o trabalho é predominantemente familiar”, sendo, “ao mesmo tempo, uma unidade de produção e de consumo e uma unidade de produção e de reprodução social” (DENARDI, 2001, p. 57).

Segundo Tedesco (2001), a agricultura familiar tem a família como proprietária dos meios de produção, o trabalho na terra, modalidades de produção e manifestação de valores e tradições (patrimônio sociocultural) em torno da e para a família.

As características essenciais do modelo familiar de produção agropecuária, na concepção de Veiga (2002):

1. Trabalho e gestão intimamente relacionados;
2. Direção do processo produtivo assegurada diretamente pelos proprietários;
3. Ênfase na diversificação;
4. Ênfase na durabilidade dos recursos naturais e na qualidade de vida;
5. Trabalho assalariado complementar;
6. Decisões imediatas, adequadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo;
7. Tomada local de decisões, condicionadas pelas especificidades do processo produtivo;
8. Ênfase no uso de insumos internos.

Apesar da dificuldade em conceituar e caracterizar a agricultura familiar, é

Fato

[...] que sempre foi um setor historicamente marginalizado. Tal situação é fruto tanto da herança colonial do país, como do processo de “modernização desigual” da agricultura brasileira, implementado com mais força a partir da segunda metade dos anos 1960. Esse processo social resultou no estabelecimento de um modelo de desenvolvimento agrícola extremamente privilegiador e excludente (TONNEAU; AQUINO; TEIXEIRA, 2005, p. 64-65).

O estudo realizado pela FAO/INCRA, baseado no Censo Agropecuário 1995/1996 (IBGE), mostra a distribuição espacial dos agricultores familiares no Brasil (INCRA, 2010).

O número total de estabelecimentos é de 4.139.369, correspondendo a 85,2% do total de estabelecimentos rurais. O Nordeste é a região que apresenta o maior percentual de agricultores familiares (2.055.157) e estabelecimentos (49,6%). Nas demais regiões do País a distribuição dos estabelecimentos é a seguinte: Sul 907.635 (21,9%), Sudeste 633.620 (15,3%), Norte 380.895 (9,2%) e Centro-Oeste 162.062 (3,9%), como mostra o Gráfico 1:

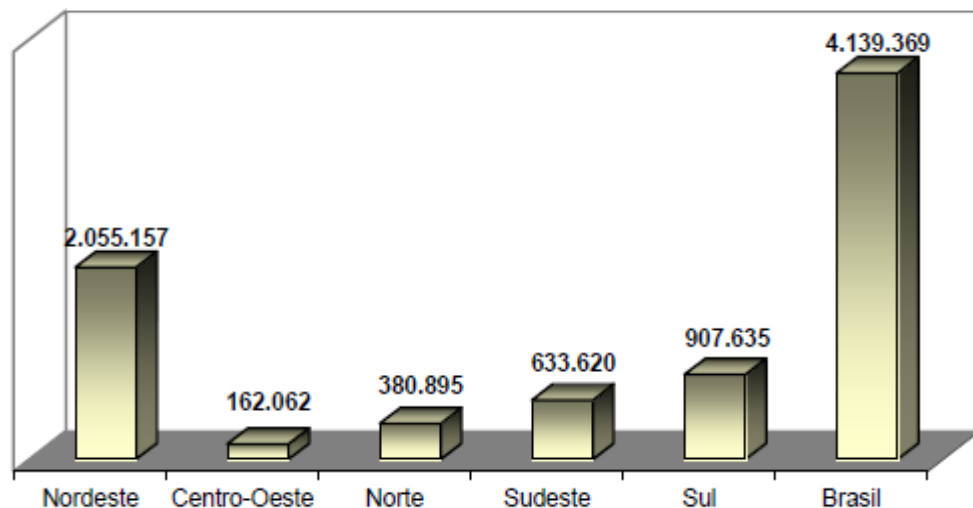


Gráfico 1 - N° de Estabelecimentos Familiares no Brasil por Região

Fonte: Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO 2000.

Este estudo destaca que, no Brasil, a maioria dos estabelecimentos familiares possui menos de 5ha (39,8%), sendo que 58,8% estão localizados na região Nordeste.

Tabela 1 – Distribuição Quantitativa e Proporcional (%) dos Agricultores Segundo a Área de Terra Disponível no Desenvolvimento das Atividades

Região	Menos de 5 ha		5 a 20 ha		20 a 50 ha		50 a 100 ha		Maior do que 100 ha	
	% Estab.	% Área	% Estab.	% Área	% Estab.	% Área	% Estab.	% Área	% Estab.	% Área
Nordeste	58,8	6,1	21,9	13,0	11,0	20,3	4,8	19,3	3,4	41,3
Centro-Oeste	8,7	0,3	20,5	2,9	27,3	10,7	18,8	15,5	24,6	70,6
Norte	21,3	0,8	20,8	3,8	22,5	12,5	17,9	20,8	17,4	62,0
Sudeste	25,5	2,1	35,6	13,6	22,7	24,4	9,9	23,2	6,3	36,5
Sul	20,0	2,6	47,9	25,1	23,2	32,5	5,9	18,8	2,9	21,1
Brasil	39,8	3,0	30,0	12,2	17,1	20,4	7,6	19,7	5,9	44,7

Fonte: Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO 2000.

O estudo também criou uma tipologia com quatro categorias baseadas na renda para os agricultores familiares, que são as seguintes: tipo A dos agricultores capitalizados, tipo B, em processo de capitalização, tipo C, em descapitalização e tipo D, descapitalizados. Neste sentido, Tedesco (2001) apresenta as características desses tipos de agricultores.

Em 2009, foram divulgados resultados preliminares sobre a Agricultura Familiar no Brasil de acordo com os critérios estabelecidos pela Lei 11.326/2006. Os dados revelam que a estrutura agrária continua concentrada, tendo em vista que 84,4% (4.367.902 estabelecimentos) ocupam uma área total de 24,3%. Sendo que a área média dos estabelecimentos familiares é de 18,37ha, e de 309,18ha a dos não-familiares.

Apesar da concentração da área, a Agricultura Familiar ocupa cerca de 12,3 milhões de pessoas. (MDA, 2010).

Quando considerada a metodologia desenvolvida em 1996, pelo FAO/INCRA, em 2006 o número de estabelecimentos familiares cresceu de 4.139 milhões para 4.551 milhões, ou seja, de 85% para 88%. Além disso, a área total passou de 31% para 32%. As pessoas ocupadas subiram de 77% para 79%. (BRASIL. MDA, 2010). Apesar de ter havido crescimento do número de estabelecimentos familiares no Brasil, tal percentual de aumento não expressa um aumento significativo capaz de mudar as proporções estatísticas vigentes. É de apenas 1% o percentual de aumento dos estabelecimentos cadastrados de agricultura familiar no Brasil em 2006. O aumento de 412 mil estabelecimentos, citado acima, pode parecer expressivo, mas a análise percentual mostra que não é.

Com o objetivo de promover uma ação diferenciada no meio rural, o Estado brasileiro apropriou-se do tema da agricultura familiar que estava se tornando lugar comum nas discussões acadêmicas “e recria uma tipologia ajustada aos seus meios de intervenção” (BASTOS, 2006, p. 79). Por isso, “o emprego de categoria agricultura familiar carece de uma reflexão mais aprofundada principalmente em função da sua utilização nas políticas públicas”. (BASTOS, 2006, p. 79).

O estudo PRONAF 10 anos: mapa da produção acadêmica, realizado por Mattei (2006, p. 21), revela a expressiva atenção acadêmica dada a este tipo de política pública e sua perenidade faz dele um grande laboratório analítico e, ao mesmo tempo, o transforma na grande novidade como ação pública voltada à promoção de melhorias nas áreas rurais do país.

A discussão do conceito foi necessária para entender melhor o programa em questão e também o significado dado pelos formuladores à própria agricultura familiar, pois segundo Tonneau; Aquino e Teixeira (2005), é de fundamental importância.

A seguir, apresentam-se as discussões sobre assentamentos rurais.

2.1.2 Assentamentos Rurais

De acordo com Bergamasco e Norder (1996), apesar de o Golpe de 1964 ter reprimido os movimentos sociais que impulsionavam a discussão da reforma agrária, foi naquela época que foi elaborado o Estatuto da Terra (Lei 4.504, de 30.11.1964), que fixou regras para a implementação de projetos de colonização em áreas de fronteira agrícola que seriam executados pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrícola (INDA), e para aplicação da reforma agrária, sob responsabilidade do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA).

Ainda segundo estes autores, a questão agrária continuou presente no cenário político brasileiro, mas com características diferentes.

Segundo Bergamasco e Norder (1996, p. 7-8), o termo assentamento surgiu no contexto da reforma agrária venezuelana, em 1960, sendo disseminado para outros países desde então. Para eles, os assentamentos são definidos como:

[...] a criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais visando o reordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra. Como o seu significado remete a fixação do trabalhador na agricultura, envolve também a disponibilidade de condições adequadas para o uso da terra e o incentivo à organização social e à vida comunitária. (BERGAMASCO; NORDER, 1996, p. 7-8).

Para Carvalho (1998, p. 4), a expressão assentamento não é utilizada somente para identificar “uma área de terra, no âmbito dos processos de reforma agrária, destinada à produção agropecuária e ou extrativista, mas, também, um agregado heterogêneo de grupos sociais constituídos por famílias de trabalhadores rurais”.

Quanto à origem, os assentamentos podem ser classificados em cinco tipos:

a) projetos de colonização, formulados durante o regime militar, a partir dos anos 70, visando a ocupação de áreas devolutas e a expansão da fronteira agrícola; b) reassentamento de populações atingidas por barragens de usinas hidrelétricas; c) planos estaduais de valorização de terras públicas e de regularização possessória; d) programas de reforma agrária, via desapropriação por interesse social, com base no Estatuto da Terra de 1964 (o Assentamento Normandia se enquadra nesse caso), parcialmente implementado a partir de 1986 sob a égide do Plano Nacional de Reforma Agrária, iniciado no governo Sarney; e) a criação de reservas extrativistas para seringueiros da região amazônica e outras atividades relacionadas ao aproveitamento de recursos naturais renováveis (BERGAMASCO; NORDER, 1996, p. 8-9).

Além das cinco situações pelas quais podem surgir os assentamentos, conforme citado anteriormente, existem diferenças quanto às origens dos beneficiários diretos. Apesar disso, em todas as situações ocorrem alterações significativas, pois ao mesmo tempo em que:

[...] se reduzem os conflitos e se criam territórios sob gestão do Estado, esses grupos, agora “assentados”, passam a ser alvo privilegiado de políticas públicas às quais não tinham acesso anteriormente, e cujos efeitos extrapolam os limites dos projetos e das populações ali assentadas (LEITE, 2004, p. 21).

Ademais, depois de assentados se deparam com o conjunto amplo de atores, de instituições governamentais, de organizações não-governamentais, de entidades vinculadas às igrejas, de entidades locais e regionais de representação (LEITE, 2004).

Bergamasco e Norder (1996, p. 10) destacam a importância do fato de que no Brasil a implementação dos assentamentos é uma tentativa de minimizar a violência dos conflitos sociais no campo, principalmente a partir da primeira metade dos anos 80, portanto não decorre de “uma política de desenvolvimento voltada para o atendimento das demandas da população rural”.

Corroborando este argumento Tedesco (2001, p. 261), afirma que nunca houve, no Brasil:

[...] um verdadeiro programa de reforma agrária capaz de alterar a estrutura de posse e uso da terra. O que existe são assentamentos na maioria das vezes isolados nas mais diversas regiões do país, realizados mais por pressão dos movimentos sociais do que por iniciativa das políticas governamentais (TEDESCO, 2001, p. 261).

Geralmente, a conquista da terra não significa para seus ocupantes o acesso à “necessária infraestrutura social (saúde, educação, transporte, moradia) e produtiva (terras férteis, assistência técnica, eletrificação, apoio creditício e comercial) que leva ao sucesso dos assentamentos, bem como de qualquer outro produtor rural” (BERGAMASCO; NORDER, 1996, p. 10).

Deste modo, depois de assentados “inicia-se uma nova luta, agora pela consolidação da posse da terra, pela obtenção de condições econômicas e sociais mais favoráveis ao estabelecimento destes trabalhadores rurais enquanto produtores agrícolas” (BERGAMASCO; NORDER, 1996, p. 10).

Devido à heterogeneidade dos assentamentos, para analisar os efeitos de qualquer política pública neste espaço é necessário “atentar para uma multiplicidade de relações em que a negociação e a disputa são virtualidades presentes e onde trajetórias diferenciadas implicam resultados diversos, impedindo qualquer procedimento apressado de generalização” (LEITE et al., 2015 p. 22).

Segundo o estudo realizado sobre os impactos dos assentamentos, Leite et al. (2004) afirmam que as análises realizadas sobre os efeitos dos assentamentos trazem diferentes investigações “com âmbitos diversificados (que vão desde estudos

de caso em um único assentamento a amostras nacionais) e também abrangendo períodos temporais diversos” (LEITE et al., 2015, p. 22).

Além disso, os aspectos normalmente analisados são “as dimensões econômicas e produtivas, mas também efeitos sobre o meio ambiente, a estrutura fundiária e a participação política” (LEITE et al., 2004, p. 22). O presente estudo analisa as dimensões econômicas e produtivas deixando de lado a questão ambiental. Alguns trabalhos importante à exemplo de Bergamo 2014, deixam de fora a questão ambiental de suas análises, não por não considera-la importante, mas por acreditar que fatores ambientais merecem estudos direcionados especificamente para esse importante aspecto.

Conforme Leite et al (2004, p. 259), a principal mudança trazida pelos assentamentos na produção agropecuária é, principalmente, na oferta de uma maior diversidade de produtos no mercado local:

Essa diversificação tem influência tanto sobre a qualidade de vida quanto sobre os aspectos ambientais. A diversificação na pauta de produtos tem impactos também no nível dos próprios assentados, uma vez que a coexistência de uma produção de bens destinados à subsistência com produtos produzidos para o mercado constitui uma forma de resguardo das famílias produtoras em face dos problemas de comercialização e leis do mercado, além de significar uma melhoria qualitativa na alimentação (LEITE et al., 2015 p. 259).

Ainda segundo Leite et al. (2004, p. 215-216), o crédito recebido pelos assentados para financiamento das atividades exploradas repercute:

[...] na sua capacidade produtiva, impulsionam um conjunto de atividades locais, aumentam a circulação monetária no município e estabelecem um diálogo direto e particular com o Estado, por meio de suas políticas públicas, e com os agentes financeiros e intermediadores do crédito, notadamente o Banco do Brasil e o Banco do Nordeste.

Geralmente, o modelo de organização dos assentamentos em Pernambuco é o misto, que, de acordo com Miranda; Acuña e Tavares (2010, p. 13-14), surgiu em 1985 com

[...] a implementação do 1º Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) em 1985. A partir desse período, em quase sua totalidade, os assentamentos do Estado adotam o condomínio indiviso e se orientam para o sistema misto de produção, com áreas comunitárias e individuais. Há fortes razões econômicas, políticas e sociais para justificar a opção adotada. Em primeiro lugar, as notáveis diferenças de

solos e acesso aos recursos hídricos das fazendas pernambucanas implicariam, em caso de parcelamento, condenar à miséria aqueles que se situassem longe dos recursos hídricos e em solos mais pobres. Em segundo lugar, as fazendas desapropriadas, especialmente entre 1985 a 1989, tinham moradores em número superior à capacidade de suporte do futuro assentamento e não seria aceitável sua exclusão da terra se fosse aplicada à risca a legislação vigente. A solução, então foi a formação de áreas comunitárias que atuassem como forma de equalizar as rendas diferenciais, atenuando a diferenciação interna originada em fatores naturais e na configuração anterior das fazendas, e que aumentasse a capacidade de suporte. Essa nova forma de organização envolve, entre outras características, a manutenção da fazenda desapropriada ou comprada como um condomínio indiviso, que não está dividida em lotes individuais demarcados ou em parcelas, e que não cria direitos de propriedade sobre as áreas do assentamento. Criam-se direitos, mas sobre o uso e posse de porções da superfície do assentamento (Tavares 2010, p. 13-14).

A seguir destaca-se a política de crédito rural no Brasil, o PRONAF e o PRONAF-A.

2.2 A Política de crédito rural brasileira - o PRONAF e o PRONAF-A

Nesta seção será apresentada uma discussão sobre a Política de Crédito Rural no Brasil para entender melhor o contexto do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, que será discutido logo em seguida, com destaque para o PRONAF- A.

2.2.1 A Política de Crédito Rural Brasileira

A evolução do crédito rural no Brasil acompanhou o processo de modernização da agricultura que foi instituído principalmente a partir da década de 1960, exigindo do “Estado uma maior participação no processo produtivo através de incentivos governamentais” (TEIXEIRA, 2005, p. 35). Assim, o “Estado passou a atuar no sentido de desenvolver uma política de apoio aos produtores rurais, concedendo-lhes créditos, procurando melhorar a infraestrutura produtiva, além de criar órgãos de pesquisa e assistência rural” (TEIXEIRA, 2005, p. 35).

Bastos (2006, p. 52) aponta o crédito rural como

[...] um instrumento catalisador e indutor da proposta modernizadora para o qual se voltaram ou ao qual se filiaram as estratégias dos demais serviços agrícolas, públicos e privados. A condição de liderança do SNCR sobre as demais políticas públicas já estava determinada desde sua institucionalização. Os esforços subsequentes do arranjo institucional estavam condicionados pelo objetivo de fazer orientação individual, com a finalidade de produzir excedentes com base na absorção dos insumos modernos industrializados (Bastos 2006, p. 52).

Segundo dados do Relatório de Gestão do programa o PROCERA,

Para aumentar a produção e a produtividade agrícolas dos assentados da reforma agrária, com sua plena inserção no mercado, mediante financiamento de projetos para estruturação da capacidade produtiva e aproveitamento econômico das áreas de assentamento aprovadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, visando permitir a devida emancipação do produtor em relação a tutela governamental (BRASIL. RELATÓRIO DE GESTÃO – PROCERA Brasília: 2003, p. 05).

Corroborando este pensamento Bastos (2006, p. 51) afirma que a exclusão dos pequenos agricultores do crédito rural foi uma consequência de um ambiente institucional inadequado à pequena produção, apesar de as normas de crédito contidas no Manual de Crédito Rural (MCR) os privilegiarem com juros e prazos menores. Assim foi que as exigências burocráticas fora da realidade dos agricultores pobres – principalmente o uso da tecnologia inadequada, os limites políticos à mobilização e organização dos agricultores familiares, a ausência de parcerias institucionais, a falta de prática dos agentes financeiros em lidar com pequenas operações de crédito, dentre outros aspectos de igual relevância – fizeram crescer os custos de transação das operações, tornando-se obstáculos intransponíveis para que a maioria pudesse promover mudanças qualitativas de vida. O tratamento igual para diferentes dominava as ações do arranjo institucional que mediava o esforço de implementação das políticas de intervenção no meio rural, o que acentuou a exclusão e reforçou a posição dos estabelecidos.

De acordo com Proscêncio (2005), “três grupos de agricultores familiares tiveram mais acesso aos benefícios da política agrícola que os demais”. Os grupos foram os seguintes:

Grupo primeiro: formado pelos agricultores que conseguiram associar-se de forma mais efetiva aos complexos agroindustriais [...]. O segundo

grupo foi formado por donos de pequenos estabelecimentos (15 a 80 ha) com solos de boa qualidade (físico e química), situados em regiões de grande desenvolvimento agropecuário [...]. O terceiro grupo foi formado por agricultores que conseguiram se beneficiar de algum nicho de mercado ou tecnologia de produção (perímetros irrigados). Estes três grupos representavam cerca de 15% dos estabelecimentos familiares. (PROSCÊNIO, 2005, p. 62).

De acordo com Ferreira et al. (2001, p. 497), para avaliar o PRONAF no Brasil é preciso analisar a política de crédito rural em sua totalidade, “inclusive a destinada aos segmentos patronais, evitando assim atribuir ao PRONAF a responsabilidade por problemas que são inerentes ou recorrentes ao crédito rural do país”.

Segundo Bastos (2006, p.50), as regras do crédito rural estão submetidas

[...] a critérios de risco e ao disciplinamento do Banco Central do Brasil (Bacen) [...] Além disso, as características estruturais dos bancos, as relações de aproximação com a clientela, as vinculações com o Estado, as normas internas e a “cultura” resultante de sua prática cotidiana determinam uma certa trajetória em sua forma de atuação, nem sempre em consonância com os objetivos que orientaram as políticas que norteiam suas ações (BASTOS 2006, p.50).

A base das transformações na agricultura nos anos 60, foi o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), “onde o crédito era direcionado e vinculava sua liberação ao uso de “pacotes tecnológicos” composto por insumos químicos e industriais”. Além disso, à política de crédito rural (FERREIRA, 2001, p.512).

Este modelo de distribuição dos financiamentos contribuiu ainda mais para a distorção regional, ampliando as diferenças na distribuição de renda entre as regiões e entre os próprios agricultores, beneficiando normalmente os grandes proprietários. Apesar da política agrícola não excluir formalmente nenhum segmento, a exclusão se dava na prática por meio dos procedimentos operacionais adotados pelas instituições financeiras (BASTOS, 2006, p. 58).

Ferreira (2001) salienta, de forma categórica e até mesmo repetitiva, que este modelo foi baseado nas transformações da agricultura do Brasil que ocorreram a partir do início da década 1960, momento no qual o Estado foi indutor e gestor de um processo voltado para atender

[...] As transformações no meio rural visavam liberar mão-de-obra para atender a demanda do setor industrial, produzir alimentos baratos para a população urbana, adquirir máquinas, equipamentos e insumos fornecidos pela nascente indústria de produtos destinados à agricultura e produzir as matérias-primas necessárias às indústrias processadoras agrícolas (promovendo a agroindustrialização do país) e excedentes exportáveis para fazer frente aos compromissos internacionais (FERREIRA, 2001, p. 59).

O resultado dessa política foi que as concessões de crédito privilegiaram “as transações de maior volume e de menor custo administrativo”. Com isso cerca de “80% dos estabelecimentos rurais não tiveram acesso ao crédito subsidiado”, enquanto “1% dos tomadores do crédito (cerca de 10 mil grandes produtores) receberam 40% do total dos recursos” (NUNES; NASSAR, 2003, p. 58).

A discussão desse momento, “não é em relação ao apoio dado pelo Estado ao setor agropecuário, mas a sua priorização aos setores latifundiários em contraposição a falta de apoio à agricultura familiar” (PROSCÊNIO, 2003, p. 58).

Durante a Década de 1970 e primeira metade dos anos 1980, as políticas agrícolas adotadas, apesar das muitas consequências sociais e ambientais negativas, alcançou grande parte dos seus objetivos, como por exemplo:

[...] a demanda por máquinas e insumos agrícolas multiplicou-se, viabilizando a indústria produtora de bens para a agricultura; 2) a produção de matérias-primas agroindustriais e de excedentes exportáveis aumentou significativamente, impulsionando o crescimento da indústria processadora e a obtenção de grandes superávits na balança comercial do país (PROSCÊNIO, 2001, p. 59).

A partir de 1986, com o aumento significativo das taxas de inadimplência, o processo de seletividade dos bancos aumentou, excluindo ainda mais os agricultores familiares do acesso ao crédito. Isto foi causado pelos Planos Cruzado e Bresser (Verão I e II) (SANTOS, 2001).

Entre 1987 e 1988, a inadimplência continuou aumentando devido ao fato de todas as linhas de crédito rural terem sido indexadas e “os preços recebidos pelos agricultores não acompanharam os índices gerais de preços (taxas médias de inflação)”.

Assim, a redução na rentabilidade do setor agropecuário e a elevada inadimplência, apesar das “renegociações desenvolvidas pelo governo neste período, aumentou o risco percebido pelos bancos e os tornou ainda mais seletivos, dando mais prioridade para os clientes de maior porte e os que mantinham maior vínculo com as agroindústrias e o setor de serviços.” (SANTOS, 2001, p. 74)

Em 1988, a política agrícola mudou de rumo visando promover o financiamento rural por meio de fontes não inflacionárias. Porém, essas fontes

[...] ajustar políticas públicas à realidade da agricultura familiar; viabilizar a infra-estrutura rural necessária à melhoria do desempenho produtivo e da qualidade de vida da população rural, fortalecer os serviços de apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar; elevar o nível de profissionalização de agricultores familiares, propiciando-lhes novos padrões familiares e suas organizações aos mercados de produtos e insumos (SANTOS, 2001, p. 74)

No biênio de 1988 e 1989, o volume de crédito rural contratado diminuiu, o que aumentou “a instabilidade do sistema de crédito rural em função da concentração do risco em um número menor de clientes” (NUNES; 2003, p. 60).

Em 1990, com a implantação do Plano Collor I, no início do Governo Collor, os recursos para o crédito foram reduzidos (REZENDE, 2003).

Para Leite (2009, p. 55), a política de crédito rural

[...] operacionalizada pelo Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) implantado em 1965, cumpriu papel determinante na transformação da base técnica dos estabelecimentos agrícolas, no aumento da produtividade do setor, na consolidação dos complexos agroindustriais e cadeias agroalimentares e na integração dos capitais agrários à órbita de valorização do capital financeiro. Ao privilegiar produtores (sobretudo grandes), regiões (Centro-Sul do País) e produtos (exportáveis), o SNCR marcou significativamente, pelo volume de recursos alocados, a conjuntura setorial do final dos anos 60, toda a década de 70 e parcialmente os anos 80 (LEITE 2009, p. 55),

Neste contexto de favorecimento a determinados produtores (os produtores que já apresentavam grau de organização e desenvolvimento maior do que a maioria dos produtores do país de forma geral), até mesmo por isso, tendendo a

fortalecer principalmente os latifúndios, é que surgiu uma política pública voltada para agricultores familiares. Este programa será apresentado no próximo item.

2.2.2 O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)

No ano de 1996, foi implantado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF (pelo Decreto Presidencial, No. 1.946 DE 28/06/1996), dessa forma, atendeu a uma antiga reivindicação das organizações dos trabalhadores rurais. A criação do PRONAF veio também legitimar, pelo Estado, uma nova categoria social, os agricultores familiares.

A eleição da agricultura familiar como ator principal da política de desenvolvimento rural, “apesar de todos os impasses da ação pública, não deixa de ser um indicativo de mudanças na orientação (ao menos no discurso) do governo em relação à agricultura e aos próprios agricultores” (CARNEIRO, 1997, p. 75).

Entretanto, sabe-se que a política agrícola brasileira “sempre teve como foco as grandes e médias propriedades capitalistas” (CERQUEIRA; ROCHA, 2002, p. 106).

O processo de modernização conservadora¹ “promoveu uma crescente marginalização dos pequenos agricultores familiares, reproduzindo um padrão de desenvolvimento rural bastante excludente e desigual” (CERQUEIRA; ROCHA, 2006, p. 106).

Assim como citado anteriormente, “Com a pretensão de tentar reverter este quadro geral e compensar parte dos efeitos nocivos da política econômica levada a cabo sobre o setor rural” foi criado no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, em 1996, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) (TONNEAU; AQUINO; TEIXEIRA, 2005, p. 65).

Para Tonneau; Aquino e Teixeira (2005, p. 65), no discurso governamental essa política pública seria o principal instrumento utilizado para construir um novo modelo de desenvolvimento rural no Brasil, cuja missão fundamental era “combater as desigualdades (regionais, setoriais e pessoais) que marcaram as estratégias tradicionais voltadas para estimular a mudança da base técnica da agricultura brasileira” (TONNEAU; AQUINO; TEIXEIRA, 2005, p. 65).

No entanto, os resultados das aplicações dos recursos “mostram que tem ocorrido uma intensa concentração dos recursos financeiros dessa política nos municípios das regiões mais ricas, em detrimento das localidades mais pobres do país” (TONNEAU; AQUINO; TEIXEIRA, 2005, p. 65).

Essa concentração se dá pelo modelo de desenvolvimento em que as políticas públicas estão inseridas e na forma de relacionamento com os seus beneficiários, baseada no modelo convencional de desenvolvimento agrícola, pois não consideram os aspectos socioeconômicos e ambientais de cada região. Assim, seria preciso considerar a diversidade intrarregional existente, com produtores diferenciados não somente em termos de renda, mas também nos aspectos organizacionais, culturais, educacionais, tecnológicos dentre outros (CERQUEIRA; ROCHA, 2002).

Neste sentido, as políticas públicas devem beneficiar

[...] de forma diversificada os que possuem necessidades diferenciadas, no sentido de propiciar as condições para superação das desigualdades, sendo que, aos poucos, essa “vantagem” em benefício de grupos sociais identificados deve perder vigência, para converter-se numa política pública igualitária (GEHLEN, 2004, p.96).

A proposta do programa, segundo o Manual Operacional do PRONAF, citado por Schneider; Cazella e Mattei (2004), é o fortalecimento da agricultura familiar, mediante apoio técnico e financeiro, para promover o desenvolvimento rural sustentável. Seu objetivo geral consiste em fortalecer a capacidade produtiva da agricultura familiar; contribuir para a geração de emprego e renda nas áreas rurais e melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares, como já citado anteriormente.

O programa possui quatro objetivos específicos:

- 1) ajustar as políticas públicas de acordo com a realidade dos agricultores familiares;
- 2) viabilizar a infraestrutura necessária à melhoria do desempenho produtivo dos agricultores familiares;

- 3) elevar o nível de profissionalização dos agricultores familiares através do acesso aos novos padrões de tecnologia e de gestão social;
- 4) estimular o acesso desses agricultores aos mercados de insumos e produtos.

Percebe-se que o objetivo 1 é adequado para um programa de crédito, mesmo que a responsabilidade de ajustar outras políticas públicas para melhorar as condições de vida dos agricultores seja de órgãos de planejamento central.

De acordo com o MCR, o PRONAF destina-se ao apoio financeiro das atividades agropecuárias e não-agropecuárias exploradas mediante emprego direto da força de trabalho da família produtora rural, entendendo-se por atividades não agropecuárias os serviços relacionados com turismo rural, produção artesanal, agronegócio familiar e outras prestações de serviços no meio rural que sejam compatíveis com a natureza da exploração rural e com o melhor emprego da mão de obra familiar. Os créditos do PRONAF podem se destinar a custeio, investimento ou integralização de cotas-partes de agricultores familiares em cooperativas de produção.

São beneficiários do PRONAF os produtores que compõem as unidades familiares de produção rural e que comprovarem seu enquadramento mediante apresentação da Declaração de Aptidão ao PRONAF - (DAP).

Os beneficiários são classificados em grupos de acordo com algumas exigências, conforme mostrado a seguir:

Grupo A ou (PRONAF – A): agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) ou beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) que não foram contemplados com operação de investimento sob a égide do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (Procera) ou que ainda não foram contemplados com o limite do crédito de investimento para estruturação no âmbito do PRONAF. Estão incluídos neste grupo os agricultores familiares reassentados em função da construção de barragens para aproveitamento hidroelétrico e abastecimento de água em projetos de reassentamento, de acordo com as seguintes condições:

I - não detenham, sob qualquer forma de domínio, área de terra superior a um módulo fiscal, inclusive a que detiver o cônjuge e/ou companheiro (a);

II - tenham recebido, nos 12 (doze) meses que antecederem à solicitação de financiamento, renda bruta anual familiar de, no máximo, R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais);

III - tenham sido reassentados em função da construção de barragens cujo empreendimento tenha recebido licença de instalação emitida pelo órgão ambiental responsável antes de 31/12/2002;

IV - a DAP seja emitida com a observância da regulamentação da Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e confirme a situação de agricultor familiar reassentado em função da construção de barragens e a observância das condições referidas anteriormente.

Grupo A/C: refere-se ao crédito de custeio a agricultores familiares assentados pelo PNRA ou beneficiários do PNCF que apresentem DAP para o Grupo A/C, fornecida pelo INCRA para os beneficiários do PNRA ou pela Unidade Técnica Estadual ou Regional (UTE/UTR) para os beneficiados pelo PNCF, que já tenham contratado a primeira operação no Grupo A e não tenham contraído financiamento de custeio, exceto no Grupo A/C.

Grupo B ou PRONAF - B: neste grupo estão classificados os agricultores familiares que explorem parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário ou parceiro, residam na propriedade ou em local próximo, não disponham, a qualquer título, de área superior a quatro módulos fiscais, obtenham, no mínimo, 30% da renda familiar da exploração agropecuária e não-agropecuária do estabelecimento; tenham o trabalho familiar como base na exploração do estabelecimento e renda bruta familiar nos últimos doze meses que antecedem a solicitação da DAP, incluída a renda proveniente de atividades desenvolvidas no estabelecimento e fora dele, por qualquer componente da família, de até R\$ 6.000,00 (seis mil reais), excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais.

Grupo Agricultores Familiares: neste grupo estão classificados os produtores que tenham obtido renda bruta familiar nos últimos doze meses que antecedem a solicitação da DAP acima de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) e até R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais), incluída a renda proveniente de atividades desenvolvidas no estabelecimento e fora dele, por qualquer componente da família, excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais. Devem, ainda, explorar parcela de terra na condição de proprietário, posseiro,

arrendatário, parceiro ou concessionário do PNRA, residir na propriedade ou em local próximo, não dispor, a qualquer título, de área superior a quatro módulos fiscais, quantificados segundo a legislação em vigor, obter, no mínimo, 70% da renda familiar da exploração agropecuária e não-agropecuária do estabelecimento e ter o trabalho familiar como predominante na exploração do estabelecimento, utilizando apenas eventualmente o trabalho assalariado, de acordo com as exigências sazonais da atividade agropecuária, podendo manter até dois empregados permanentes.

O PRONAF possui linhas de crédito especiais que objetivam complementar os financiamentos acima mencionados, apresentados a seguir:

Linha de Crédito de Investimento para Agregação de Renda à Atividade Rural (PRONAF Agroindústria) – destina-se ao beneficiamento, ao processamento e à comercialização da produção agropecuária, de produtos florestais e do extrativismo ou de produtos artesanais e exploração de turismo rural.

Linha de Crédito de Investimento Sistemas Agroflorestais (PRONAF Floresta) – estimula a implantação de projetos de sistemas agroflorestais, exploração extrativista ecologicamente sustentável, plano de manejo e manejo florestal, recomposição e manutenção de áreas de preservação permanente e reserva legal e recuperação de áreas degradadas, para o cumprimento de legislação ambiental e enriquecimento de áreas que já apresentam cobertura florestal diversificada, com o plantio de uma ou mais espécies florestais nativas do bioma.

Linha de Crédito de Investimento para Obras Hídricas e Produção para Convivência com o Semiárido (PRONAF Semiárido) – apoia projetos de convivência com o semiárido focados na sustentabilidade dos agroecossistemas, priorizando projetos de infraestrutura hídrica e implantação, ampliação, recuperação ou modernização das demais infraestruturas, inclusive aquelas relacionadas com projetos de produção e serviços agropecuários e não-agropecuários.

Linha de Crédito de Investimento para Mulheres (PRONAF Mulher) – linha de crédito dirigida às mulheres agricultoras integrantes de unidades familiares de produção enquadradas no PRONAF, independentemente de sua condição civil. A

mesma unidade familiar de produção pode contratar até dois financiamentos ao amparo do PRONAF Mulher.

Linha de Crédito de Investimento para Jovens (PRONAF Jovem) – atende jovens agricultores e agricultoras familiares de 16 anos a 29 anos que tenham concluído ou estejam cursando o último ano em centros familiares rurais de formação por alternância ou em escolas técnicas agrícolas de nível médio que atendam à legislação em vigor para instituições de ensino, ou que tenham participado de curso ou estágio de formação profissional e que preencham os requisitos definidos pela Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Linha de Crédito de Investimento para Agroecologia (PRONAF Agroecologia) – financia os sistemas de produção agroecológicos e/ou orgânicos, incluindo-se os custos relativos à implantação e manutenção do empreendimento familiar.

Linha de Crédito para Investimento em Energia Renovável e Sustentabilidade Ambiental (PRONAF ECO) – destina-se à implantação, utilização ou recuperação de tecnologias de energia renovável, tecnologias ambientais, pequenos aproveitamentos hidroenergéticos, armazenamento hídrico, silvicultura, adoção de práticas conservacionistas e de correção da acidez e fertilidade do solo.

Linha Especial de Crédito de Investimento para Produção de Alimentos (PRONAF- Mais Alimentos) – destinado ao financiamento de projetos de investimento de empreendimentos rurais voltados à produção de açafrão, arroz, café, centeio, erva mate, feijão, mandioca, milho, trigo, fruticultura, olericultura, apicultura, aquicultura, avicultura, bovinocultura de corte, bovinocultura de leite, caprinocultura, ovinocultura, pesca e suinocultura. Foi criado em 2008, para incrementar a produtividade da agricultura familiar, em resposta à alta nos preços dos produtos agrícolas ocasionada por uma série de fatores conjugados e que se tornou uma crise mundial.

Linha de Crédito de Custeio do Beneficiamento, Industrialização de Agroindústrias Familiares e de Comercialização da Agricultura Familiar

(PRONAF Custeio e Comercialização de Agroindústrias Familiares) – financia as necessidades de custeio do beneficiamento e industrialização de produção própria e/ou de terceiros, inclusive aquisição de embalagens, rótulos, condimentos, conservantes, adoçantes e outros insumos, formação de estoques de insumos, formação de estoques de matéria-prima, formação de estoque de produto final e serviços de apoio à comercialização, adiantamentos por conta do preço de produtos entregues para venda, financiamento da armazenagem e conservação de produtos para venda futura em melhores condições de mercado.

Linha de Crédito para Cotas-Partes de Agricultores Familiares Cooperativados (PRONAF Cotas-Partes) – beneficia agricultores familiares filiados a cooperativas de produtores rurais que tenham, no mínimo, 70,0% dos associados ativos classificados como agricultores familiares, e que tenham patrimônio líquido de, no mínimo, R\$ 50 mil, e no máximo de R\$ 70 milhões. Financia a integralização de cotas-partes, a aplicação em capital de giro, o custeio ou investimento.

Linha Especial de Refinanciamento de Dívidas de Cooperados em Cooperativas de Crédito Singulares ou Centrais - refinancia dívidas originárias do crédito rural contratadas por meio de cooperativas de crédito singulares ou centrais no âmbito do PRONAF.

O PRONAF tem sido alvo de vários questionamentos e críticas. Com esse argumento Ferreira (2006) mostra a posição de diversos autores quanto a algumas questões:

- a) Com relação à divisão dos beneficiários em grupos, Teixeira (2002) afirma tratar-se de uma estratégia para desmobilizar a categoria da agricultura familiar.
- b) Sobre as exigências de uso de mão-de-obra essencialmente familiar e de a receita da família ser basicamente advinda das atividades agropecuárias, Silva (2002, p. 8) chama a atenção para a existência de um espaço rural pluriativo, onde

“[...] o centro das atividades da família deixou de ser a agricultura e se tornou pluriativa ou não agrícola, embora permaneça residindo no campo”. Deste modo, as exigibilidades do programa ignorariam as transformações que estão ocorrendo no campo (Silva 2002, p. 8).

c) O critério do tamanho máximo dos estabelecimentos rurais para enquadramento dos beneficiários, fixado pelas normas do programa em quatro módulos fiscais, é criticado por ser estanque, conforme Santos (2001), pois não considera a diversidade física, climática, cultural, bem como o nível tecnológico dos estabelecimentos, entre outros fatores que constituem a diversidade da agricultura familiar.

d) Em seu trabalho junto aos agricultores beneficiários do PRONAF em alguns estados do País, Kageyama (2003) aponta um agravamento da degradação ambiental representada pelo aumento da erosão e uso mais intensivo de agrotóxicos, em decorrência do aumento do nível tecnológico identificado entre os usuários do programa.

Outra importante consideração sobre o programa é o caráter estruturalmente excludente da proposta governamental. Na concepção de Alentejano (2000, p. 91), o PRONAF

[...] apresenta a agricultura familiar de transição como o alvo principal das políticas públicas. Sendo assim, os grandes desafios das políticas públicas no meio rural seriam a criação de novas oportunidades para o desenvolvimento da agricultura e para o crescimento da produtividade, não de todos os agricultores, mas somente dos considerados de transição a fim de transformá-los em agricultores familiares consolidados (TONNEAU; AQUINO; TEIXEIRA, 2005, p. 72-73), excluindo a maioria dos agricultores familiares brasileiros considerando que não possuem terra, capital ou qualificação suficiente para acompanhar tal processo (ALENTEJANO, 2000, p. 91).

Conforme Carneiro (2000 apud TONNEAU; AQUINO; TEIXEIRA, 2005, p. 69), os agricultores familiares do tipo “em transição” seriam aqueles que apresentam “potencialidades de serem transformados em ‘empresas familiares viáveis’, por meio da incorporação de tecnologia e de uma racionalidade econômica voltada para as demandas do mercado”.

Assim, o PRONAF sofre suas maiores contestações nos objetivos que propõe, já que, segundo seus críticos, representa um modelo de agricultura produtivista e de rentabilidade crescente, além de atribuir ao agricultor familiar a incumbência de absorver mão-de-obra, ampliar a oferta de emprego e se tornar

economicamente viável por meio de aumentos de produtividade (CARNEIRO, 2003, p. 73).

Para que os seus objetivos sejam atingidos o programa depende de um acompanhamento e avaliação, que permitam garantir a sua efetiva e correta execução, assim como analisar os seus impactos (CERQUEIRA; ROCHA, 2002, p. 116).

Deste modo, o crédito “é um elemento essencial para provocar mudanças nas condições socioeconômicas dos agricultores familiares, mas que deve estar atrelado a um conjunto de ações capazes de otimizar a tomada de recursos” (CERQUEIRA; ROCHA, 2002, p. 115).

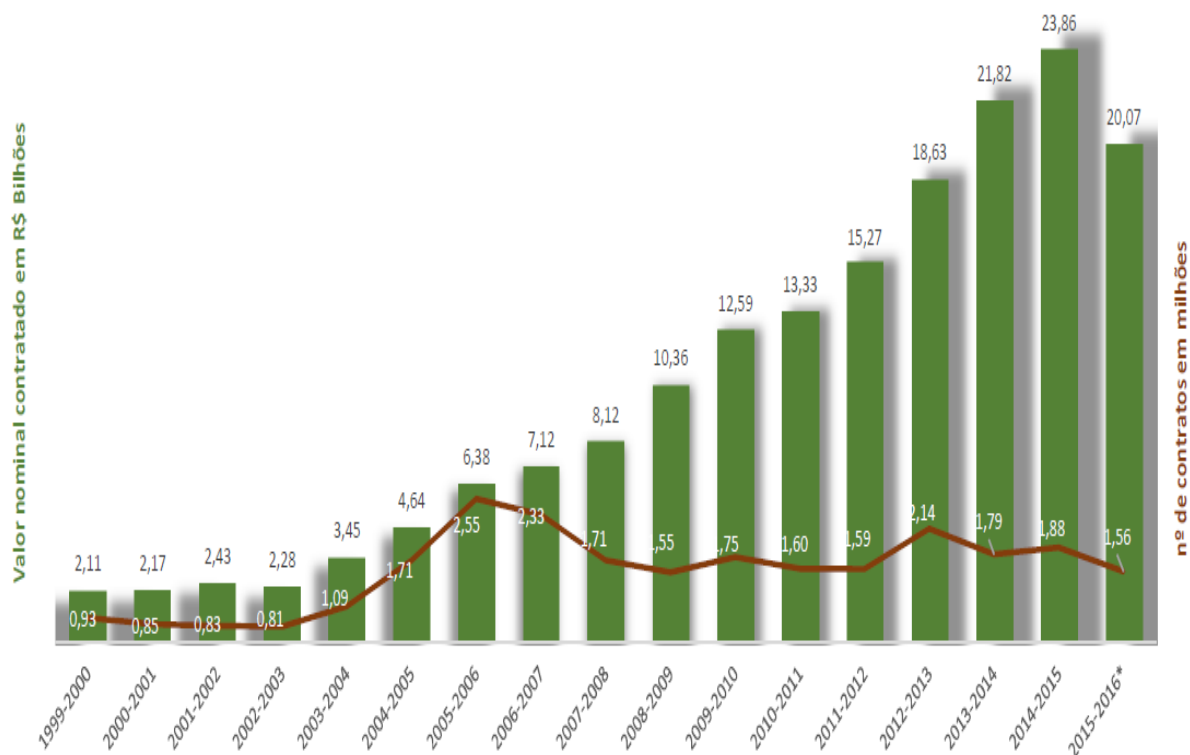
“O crédito, no entanto, é apenas um item no conjunto de carências existente no meio rural” (CERQUEIRA; ROCHA, 2002, p. 116), já que é necessário que as diferentes linhas de atuação do PRONAF estejam articuladas, além da adoção de medidas que viabilizem o desenvolvimento dos espaços rurais e que possam romper com a tradicional exclusão dessas comunidades (CERQUEIRA; ROCHA, 2002).

De acordo com Tonneau; Aquino e Teixeira (2005, p. 67-68), apesar da inovação

[...] de promover um novo modelo agrícola para o país, baseado no fortalecimento da agricultura familiar e na gestão social, esse programa governamental vem repondo à cena agrária nacional antigos vícios das políticas desenvolvimento convencionais. Uma prova disso é a desigualdade e o privilegiamento que se tem observado na distribuição de seus recursos financeiros (TEIXEIRA 2005, p. 67-68).

A *figura 1*, logo a seguir, indica que o volume de operações e o aporte de recursos disponibilizados pelo PRONAF tem se mantido em ascendência ao longo dos últimos 17 anos - porém com uma significativa queda em 2016 em relação ao ano anterior - o que de certa forma, caracteriza a importância dessa política para o Estado. No entanto, esses recursos tem se concentrado nos grupos de maiores rendas, chegando em 2007 60,0%. Por outro lado, os grupos mais pobres têm diminuído sua participação relativa ao longo do período, chegando a 10,0%, conforme descrito na *Tabela 1* mostrado na página posterior.

Figura 1 – PRONAF/Brasil: Número de contratos e Valores contratados por ano fiscal indo de 1999 à 2016.



Fonte: MDA (2017)

Mattei (2001), analisando alguns indicadores de desempenho do PRONAF, afirma que entre as diversas explicações para os desequilíbrios na aplicação dos recursos destacam-se:

- a) o peso e as pressões das agroindústrias na região Sul sobre os agricultores a elas vinculados;
- b) um nível maior de organização dos agricultores familiares e uma certa tradição de luta pelo crédito rural mais fortemente incorporada à pauta de reivindicação dos agricultores familiares da região Sul;
- c) uma organização mais limitada dos agricultores familiares da região Nordeste, o que se traduz em um baixo poder reivindicatório.

Os resultados denunciadores da existência de um viés pró-regiões abastadas não significa que os resultados alcançados pelo programa sejam incoerentes com o seu objetivo geral, já que são agricultores familiares que conseguiram acessar os financiamentos. (TONNEAU; AQUINO; TEIXEIRA, 2005, p. 68).

Para Tonneau; Aquino e Teixeira (2005), em grande parte o caráter discriminatório do PRONAF decorre de sua própria lógica, pois o programa foi

elaborado dentro de uma perspectiva produtivista e setorial que idealiza um tipo, citado anteriormente, de agricultor familiar a ser estimulado no País, excluindo todos os demais produtores incapazes de se enquadrar em seus preceitos. Isso, aliado à falta de mobilização social dos atores envolvidos, resulta na exclusão daqueles produtores familiares mais pobres, principalmente os residentes nas localidades situadas na porção semiárida da região Nordeste, pois é nessa região que se encontra o maior número de agricultores do tipo D ou descapitalizados.

Descrito o PRONAF, destaca-se o grupo A, objeto de estudo deste trabalho, no próximo item.

2.2.3 PRONAF- A

Como mencionado na introdução deste trabalho, conforme o Manual de Crédito Rural (MCR), o PRONAF - A é destinado a agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) ou beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) que não tenham sido contemplados com operação de investimento sob a égide do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (Procera), ou que ainda não tenham sido contemplados com o limite do crédito de investimento para estruturação no âmbito do PRONAF.

As informações sobre o PRONAF-A, descritas a seguir, foram retiradas do MCR. (BACEN, 2017).

Os créditos do Grupo A são de investimento e devem ser concedidos mediante apresentação de projeto técnico, admitindo-se, a critério da instituição financeira, a substituição do projeto por proposta simplificada, desde que as inversões programadas envolvam técnicas simples e bem assimiladas pelos agricultores da região ou se trate de crédito destinado à ampliação dos investimentos já financiados.

O limite de crédito para o beneficiário assentado no âmbito do PNRA é de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por beneficiário, em, no mínimo, três operações, de acordo com o projeto técnico, de valor máximo de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais) por operação, observado que o assentamento disponha de casas construídas, de água para consumo humano e vias de acesso que permitam o transporte regular; que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)

tenha concedido os créditos de apoio inicial e o primeiro fomento aos agricultores assentados e tenha sido comprovada sua correta aplicação; e que somente poderão ser formalizadas a segunda e a terceira operações mediante comprovação da capacidade de pagamento e da situação de normalidade e correta aplicação da operação anterior. Excepcionalmente, o limite poderá ser concedido em operação única, desde que respaldado pelo respectivo Grupo Executivo Estadual de Políticas de Reforma Agrária (Gera) ou outra instância que o substitua, com base em justificativa técnica que demonstre a necessidade e viabilidade da operação.

Para beneficiário do PNCF, o limite de crédito é de até R\$ 25.000,00 (vinte mil reais/ano) por beneficiário, podendo ser concedido em uma ou mais operações, de acordo com o projeto técnico, mediante comprovação da capacidade de pagamento e, em caso de mais de uma operação, da situação de normalidade e correta aplicação da operação anterior.

Os encargos financeiros cobrados são de 0,5% a.a. de taxa efetiva (excluída a inflação do período). O prazo para reembolso é de até dez anos, incluídos até três anos de carência (principal e também o juros), a qual poderá ser estendida para até cinco anos quando a atividade assistida requerer esse prazo e o projeto técnico comprovar a sua necessidade. O somatório dos créditos fica limitado ao valor máximo vigente à época da primeira operação.

O beneficiário tem direito a bônus de adimplência de 40% sobre cada parcela do principal quando paga até a data de seu respectivo vencimento. Entretanto, para agricultores familiares reassentados em função de construção de barragens para aproveitamento hidroelétrico e abastecimento de água e projetos de reassentamento, e que já tenham sido beneficiados com financiamentos do PRONAF nos antigos Grupos D e E ou outros créditos de investimentos, não pode ser concedido financiamento com os créditos do Grupo A.

Aos beneficiários enquadrados no Grupo A/C é autorizada a concessão de até três créditos de custeio, com limite de financiamento de até R\$ 7.500,00 (cinco mil reais) por operação, encargos financeiros com taxa efetiva de juros de 1,5% a.a.) e com os seguintes prazos de reembolso: I - custeio agrícola: até dois anos, observado o ciclo de cada empreendimento; II - custeio pecuário: até um ano. No terceiro financiamento o agente financeiro poderá solicitar a apresentação da garantia de compra da produção pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

A Tabela 2 mostra os valores aplicados no PRONAF-A e a quantidade de contratos no Brasil por região no período de 2013 a 2017. Os valores contratados no PRONAF- A no período de 2013 a 2017 são de 6,3 bilhões, representando 8,3% do total dos recursos aplicados no PRONAF, sendo que a região Nordeste foi a que mais recebeu recursos: 2,2 bilhões, ou seja, 35,5% do total aplicado, seguida pela região Norte com R\$ 1,4 bilhão (22,0%), Centro-Oeste com R\$ 1,3 bilhão (21,4%), Sul R\$ 0,8 bilhão (13,5%) e Sudeste R\$ 0,5 bilhão (7,7%). (BRASIL. MDA, 2017).

Tabela 2 - Nº de Contratos e Recursos aplicados no PRONAF- A no Período de 2013 a 2017

Região	Número de contratos	%	Recursos aplicados (R\$ mil)	%
Nordeste	210.040	44,7	2,2	35,5
Norte	86.132	18,3	1,4	22,0
Centro-Oeste	86.809	18,5	1,3	21,4
Sul	57.790	12,3	0,8	13,5
Sudeste	29.579	6,3	0,5	7,7
Brasil	470.350	100,0	6,3	100,0

Fonte: Elaboração do Autor com Base em Dados do Brasil. MDS (2017).

Nota 1: BACEN (Somente Exigibilidade Bancária), Bancoob, Bansicredi, BASA, BB, BN E BNDES.

Nota 2: Dados atualizados: Bacen até 07/2017, Bancoob até 06/2017, Banco Cooperativo SICREDI até 10/2016, BASA até 10/2016, BB até 02/2017, BN até 12/2016 e BNDES até 07/2013 - Últimos três meses sujeitos a alterações. Data do acesso: 09/08/2017.

Nota 3: Valores atualizados para dez/2017, com base no IGP-DI.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo analisa as contribuições do PRONAF – A para a sustentabilidade social e econômica do assentamento de reforma agrária Normandia. O Assentamento está situado às margens da BR 104 cruzando o Município de Caruaru no estado de Pernambuco. Com isso, o trabalho envolve a coleta e análise de dados que serão descritas adiante. Foram utilizados bases de dados de órgãos de pesquisa e instituições que de forma direta e indireta tenham alguma relação com o PRONAF – A, como o Banco Central do Brasil (BACEN) e o Banco do Nordeste (BNB).

Para descrever os passos metodológicos do trabalho, este capítulo é subdividido em quatro subdivisões, para assim, oferecer um melhor entendimento. A primeira subdivisão discursará a respeito do município de Caruaru, sobre a escolha desse local para o estudo, e sua realidade econômica comparada com outros municípios do estado e da região. Em seguida, aborda-se o modelo utilizado para a realização das estimações e os métodos para se conseguir atender aos objetivos do estudo. Adiante, será demonstrada a procedência dos dados necessários para análise, assim como os instrumentos de coleta, estrutura e variáveis utilizadas.

3.1 Local da pesquisa

Com uma agricultura em desenvolvimento, dados de 2017 da secretaria de Desenvolvimento do Município de Caruaru apontam para o fato de que o município de Caruaru se destaca na produção de macaxeira: 700 toneladas em 100 hectares cultivados; tomate: 250 toneladas produzidas em 8 hectares cultivados; batata-doce: 130 toneladas e 20 hectares plantados; cana-de-açúcar: 23.333 toneladas por hectare e 3 hectares cultivados; e milho: 10 toneladas, com 950 hectares plantados e 250 colhidos (SDC, 2017).

Caruaru está situado no Agreste Setentrional de Pernambuco e distando cerca de 130 km do Recife. O município ocupa uma área de 920,611 km², sendo que 16,65 km² estão em perímetro urbano e os 903,961 km² restantes formam a zona rural. A sua população em 2017 é de 356.128 habitantes, sendo a mais populosa

cidade do interior pernambucano e a terceira mais populosa do interior nordestino (IBGE, 2017).

Em seguida na figura 2, mostra-se com maior detalhe a localização do município.

Figura 02 – Localização do Município de Caruaru em Pernambuco



Fonte: IBGE 2018.

3.1.2 Panorama econômico de Caruaru

Dados do relatório anual da Secretaria de Desenvolvimento do Município de Caruaru (2017) apontam que Caruaru apresenta o 5º maior PIB do estado (R\$ 6,2 bilhões - participação de 4,0% no PIB de Pernambuco), ficando em 1º lugar entre os municípios do interior, com crescimento acima de Pernambuco e do Brasil. Esse crescimento também é refletido pelo aumento no número de empresas e empregos formais (Condepe/Fidem, 2017).

Uma característica marcante da economia caruaruense é a informalidade - em torno de 80% entre todos os setores (Condepe/Fidem, 2017). Cabe ressaltar que, embora seja necessário considerar seus efeitos negativos para a sociedade (ineficiência econômica e inconsistência fiscal) e para os próprios empreendedores informais (incerteza e ausência de proteção social), além das dificuldades para acesso a crédito e Políticas Públicas de incentivo à agricultura, não se pode tratar a informalidade como pura questão de legalidade ou ilegalidade, ou ainda, como

indicador de pobreza. A economia informal é importante fonte geradora de emprego e renda, impactando com seus efeitos, o PIB das localidades (SEDEEC, 2017).

A Tabela 03 – faz uma comparação entre o Produto Interno Bruto de Caruaru, de Pernambuco e do Brasil entre 2010-2016. Caruaru apresentou Produto Interno Bruto: R\$ 6,2 bilhões, participação de 4,0% no PIB de Pernambuco (2014). O incremento em Caruaru foi observado, principalmente, no setor de serviços, com maior influência do comércio varejista. Dados da agricultura não foram detalhados. Em todo esse período, o município tem apresentado taxas de crescimento expressivamente superiores ao estado e ao Brasil.

Tabela 03 - Produto Interno Bruto, a preços correntes – Brasil, Pernambuco e Caruaru – 2010-2016

Ano	Brasil		Pernambuco		Caruaru	
	Valor (bilhões R\$)	Var. (%)	Valor (bilhões R\$)	Var. (%)	Valor (bilhões R\$)	Var. (%)
2010	3.885,8	7,5	97,2	7,2	3,4	20,3
2011	4.376,4	4,0	110,2	4,5	3,9	8,8
2012	4.814,8	1,9	128,0	3,9	4,8	14,6
2013	5.331,6	3,0	141,2	2,9	5,3	4,1
2014	5.779,0	0,5	155,1	1,9	6,2	11,1
Crescimento média anual (%) 2010-2014	3,4		4,1		11,8	
2015	6.000,6	-3,8	158,4	-3,6	7,0	5,1
2016	6.257,0	-3,5	164,4	-3,3	7,7	-0,3

Fonte: IBGE e Agência Condepe/Fidem.

Projeção: SEDEEC

A tabela 04 mostra que Caruaru apresenta a 5ª maior economia em todo o estado e ocupa a 1ª posição, excluindo a Região Metropolitana do Recife – (2014).

Tabela 04 - Ranking do PIB de Caruaru em relação aos demais municípios do Brasil, Nordeste e Pernambuco – 2010-2014

Unidade Territorial	Posição (ranking)				
	2010	2011	2012	2013	2014
Brasil	174	167	159	156	146
Nordeste	23	19	18	19	17
Pernambuco	7	5	5	5	5

Fonte: IBGE e Agência Condepe/Fidem.

Aspectos técnicos e logísticos foram decisivos para a escolha deste local (Caruaru) para estudo. Destaca-se que a quantidade de contratos e o montante de recursos que o município recebeu através do **PRONAF** tem evoluído nos últimos anos. A tabela 5 detalha a evolução das aplicações de crédito do programa no município. Desde os anos 2000, apesar das oscilações para mais ou para menos,

observa-se que os recursos têm aumentado e cada vez mais agricultores têm se beneficiado dessa política. Nota-se que maior parte dos contratos é destinada a investimento sobre os meios de produção, tal como implantação, ampliação e modernização da infraestrutura e de serviços. A aplicação do financiamento não tem sido equilibrada para ambas as finalidades, tanto agrícola quanto pecuária, visto que nos anos de 2013, 2016 e 2017 o valor para custeio foi zero. Até Novembro de 2017, a média de contratos para ambos os ramos foi de R\$ 2.634.384,91, o que é ínfimo para um município que apresenta a quinta maior economia do estado de Pernambuco.

Tabela 5. Número de contratos e montante de crédito do PRONAF aplicados para Caruaru de 2013 a 2017.

ANO	Atividade	Finalidade					
		Qtd. Custeio	Vlr. Custeio	Qtd. Invest.	Vlr. Invest.	Quantidade	Valor Total
2013	Agrícola	0	0,00	533	1.269.565,48	533	1.269.565,48
	Pecuária	26	228.893,22	120	371.676,65	146	600.569,87
	Total	26	228.893,22	653	1.641.242,13	679	1.870.135,35
2014	Agrícola	4	31.550,27	245	1.168.661,24	249	1.200.211,51
	Pecuária	43	255.107,30	323	1.735.975,08	366	1.991.082,38
	Total	47	286.657,57	568	2.904.636,32	615	3.191.293,89
2015	Agrícola	15	49.548,34	90	391.043,09	105	440.591,43
	Pecuária	20	140.243,90	725	2.198.244,82	745	2.338.488,72
	Total	35	189.792,24	815	2.589.287,91	850	2.779.080,15
2016	Agrícola	0	0,00	91	325.992,00	91	325.992,00
	Pecuária	14	132.030,17	847	2.495.563,64	861	2.627.593,81
	Total	14	132.030,17	938	2.821.555,64	952	2.953.585,81
2017	Agrícola	0	0,00	29	86.650,00	29	86.650,00
	Pecuária	76	423.148,11	504	2.124.586,80	580	2.547.734,91
	Total	76	423.148,11	533	2.211.236,80	609	2.634.384,91

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do BACEN (2017).

Obtenção dos dados até o dia 06/11/2017.

Para o estado de Pernambuco, até novembro de 2017, foram aplicados R\$ 316.533.883,03 distribuídos em 73.657 contratos. Caruaru detém apenas 0,83% do total desses recursos. Esse percentual não é tão expressivo, e neste ano o valor total ficou abaixo do valor do crédito do PRONAF tomado no ano anterior.

A seguir, na figura 2, mostram-se os municípios que compõem a microrregião e sua disposição territorial.

Figura 2. Mapa dos municípios que compõem o vale do Ipojuca, estado de Pernambuco.



Fonte: Elaboração própria.

Com cerca de R\$ 2,6 Milhões aplicados em 2017, Caruaru corresponde à 7% do total dos recursos aplicados na microrregião, conforme observado na tabela 6. Essa evidência enfatiza a importância do programa na promoção do desenvolvimento local, no abastecimento do mercado e na melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares do município.

A tabela 6, a seguir, apresenta Número de contratos e montante de recursos para os municípios que compõem a microrregião do Vale do Ipojuca.

Tabela 6. Número de contratos e montante de recursos para os municípios que compõem a microrregião do Vale do Ipojuca.

MUNICÍPIO	ANO					
	2016			2017		
	CONT.	VALOR (R\$ mil)	(%)	CONT.	VALOR (R\$ mil)	(%)
Alagoinha	426	1771115	5%	410	2037773	6%
Belo Jardim	648	2576197	7%	356	1574131	4%
BEZERROS	624	2203957	6%	369	1469110	4%
BREJO DA MADRE DE DEUS	666	1976829	5%	365	1646154	5%
CACHOEIRINHA	664	2176222	6%	635	2438383	7%
CAPOEIRAS	751	3393824	9%	623	2745379	8%
CARUARU	952	2953586	8%	609	2634385	7%
GRAVATÁ	1.251	6147342	17%	1.433	7514989	21%
JATAÚBA	237	875941,6	2%	308	1149014	3%
PESQUEIRA	950	2913511	8%	689	2374741	7%
POÇÃO	434	1518346	4%	434	1518346	4%
RIACHO DAS ALMAS	316	870525,3	2%	204	897800	3%
SANHARÓ	240	617631,6	2%	174	572529	2%
SÃO BENTO DO UMA	240	617631,6	2%	949	4358161	12%
SÃO CAITANO	1.164	4924778	13%	287	1146094	3%

Tocaimbó		459	1325538	4%	454	1325408	4%
TOTAL		10022	36862973	100%	8299	35402397	100%

Fonte: Elaboração do autor a partir de dados do BACEN (2016). *Obtenção dos dados até 07/11/2017

3.2 Objetivo e classificação da pesquisa

A pesquisa seguiu duas fases distintas: exploratória e explicativa. Baseado em Michael Thiollent (1986, 2011), a fase exploratória consiste em investigar sobre o campo de pesquisa, os entrevistados e suas expectativas, sobretudo conhecer o tipo de relações existentes, realizar o diagnóstico da situação e de eventuais ações. Esta fase ofereceu ao pesquisador a oportunidade de aproximação com o objeto empírico. A fase explicativa detalha os fatores que determinam a ocorrência do fenômeno em questão.

A pesquisa também pode ser classificada como sendo qualitativa e descritiva. Qualitativa por oportunizar a forma adequada ao pesquisador de “entender a natureza de um fenômeno social” (RICHARDSON, 2012, p. 79). Descritiva na medida em que procurou extrair dos agricultores e lideranças locais, de que forma o PRONAF – A contribuiu para a sustentabilidade social e econômica dos assentados da reforma agrária da comunidade Normandia.

3.3 Universo da pesquisa

Para Roberto Jarry Richardson ([1985], 2012), o universo da pesquisa é formado por um conjunto de elementos que possuem características específicas. E, “quando se toma certo número de elementos para averiguar algo sobre a população a que pertencem, fala-se de *amostra*” (RICHARDSON [1985], 2012, p. 158).

As interpretações que são realizadas em relação à população e amostra não são fixas. Para especificação do universo e caracterização da amostra são elaboradas quatro etapas sugeridas por Roberto Jarry Richardson ([1985], 2012). Estas são: (1) especificar a área de execução da pesquisa; (2) especificar a população da pesquisa; (3) explicar o tipo de amostra e a determinação de seu tamanho; (4) explicar a forma de seleção dos sujeitos da pesquisa.

Ao seguir essas etapas as técnicas de amostragem permitiram “selecionar as amostras adequadas para os propósitos de investigação” (RICHARDSON, 2012, p. 157).

3.3.1 Área de execução da pesquisa

A escolha do local da pesquisa deve ser adequado e de familiaridade com a pesquisador, para que informações coletadas sejam válidas e as interferências sejam mínimas no processo de pesquisa. Com base nessa afirmação de Roberto Jarry Richardson ([1985], 2012) o local escolhido de execução da pesquisa foi o Assentamento Normandia que se localiza no Município de Caruaru - PE. A escolha dessa comunidade se deu pela importância que a mesma tem para a história agrária de Caruaru, dado seu histórico de lutas e resistências e por ser uma aplicação prática das ideias defendidas pelo MST: ocupação de áreas antes improdutivas, luta armada, dentre outros.

Compõem o universo da pesquisa os agricultores que residem e ou são cadastrados na associação rural do Assentamento, lideranças locais ligadas à comunidade ou ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e representantes do Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA).

3.3.2 População da pesquisa

Para esta pesquisa, o critério de seleção foi selecionar Agricultores do Assentamento que receberam crédito do PRONAF – A há pelo menos três anos, e Lideranças locais que têm vínculos com a rotina de vida dos residentes no Assentamento Normandia. Todos participaram de forma voluntária. Trinta e nove (39) pessoas foram “investigadas” no total.

3.3.3 Forma de seleção dos sujeitos da pesquisa

Pesquisa de campo foi dividida em duas etapas para a seleção dos participantes:

Etapa 1- Reunião com a liderança da Associação de produtores, e Etapa 2 – A Técnica da Entrevista individual.

O desenvolvimento das Etapas de seleção dos entrevistados ocorreu de acordo com os 2 (dois) estágios descritos:

- ✓ Estágio 1 – Apresentação do Projeto e convite aos agricultores, aos técnicos do IPA, e a líderes do MST ligados ao assentamento, para participação da pesquisa;
- ✓ Estágio 2 – Efetiva aplicação e Preenchimento do questionário.

3.3.4 Tipo de amostra e determinação de seu tamanho

Os participantes selecionados foram Agricultores residentes que atendiam aos critérios pré-estabelecido na pesquisa: Ter recebido crédito do PRONAF – A há pelo menos três anos, ser residente do Assentamento Normandia, ou que participem de Lideranças (associações de agricultores, liderança do MST envolvida com a comunidade etc) que apoiam ou tenham influência na comunidade.

Para a Técnica da Entrevista Individual foram selecionados/selecionadas (39) pessoas sendo 06 pessoas ligadas à liderança da associação, e 33 dos 40 agricultores residentes na comunidade (Todos os agricultores entrevistados receberam crédito do PRONAF – A). Ao todo, 07 agricultores recusaram-se a participar da entrevista por motivos pessoais diversos.

Reiterando o que foi dito anteriormente: Foi realizada aplicação de questionário individual a 39 pessoas.

3.3.5 Método da pesquisa

O método investigatório que norteou a pesquisa foi o estudo de caso. Para Robert K. Yin ([1984], 2015) este método é utilizado em muitas situações e contribui para os “conhecimentos dos fenômenos individuais, grupais, organizacionais, sociais, políticos e relacionados” (YIN [1984], 2015, p. 04).

Para Antônio Carlos Gil (1987), não existe um roteiro definido para o estudo de caso, porém é possível definir quatro fases: inicialmente a fase exploratória com a

delimitação da unidade-caso; a segunda fase é a coleta de dados; a seguinte é a seleção, análise e interpretação dos dados, por último, a fase a elaboração e realização do relatório de pesquisa.

3.3.6 Pesquisa de campo: Desenvolvimento da pesquisa

Para o desenvolvimento do estudo de caso, a pesquisa foi dividida em duas etapas: 1. Coleta de dados; e 2. Análise de dados.

Para coleta de dados foram utilizadas duas técnicas, Levantamento bibliográfico e a Entrevista Individual. A partir da coleta dos dados desta primeira fase, obtiveram-se alguns *insights* sobre a confirmação das categorias analíticas existentes nas literaturas.

A segunda etapa da pesquisa exploratória foi à aplicação do Roteiro de Entrevista Individual, previamente desenvolvido com o suporte das categorias analíticas extraídas da Revisão de Literatura.

Com uma visita prévia e de reconhecimento do local, foi possível organizar as questões do Roteiro de Entrevista Individual de acordo com o que primariamente definia a literatura corresponde a cada um dos objetivos específicos.

Para Análise de dados, foi usada a técnica da Análise de Conteúdo.

3.4 Coleta de dados

3.4.1 Técnica 1 – Pesquisa Bibliográfica e Documental

A pesquisa bibliográfica permitiu a construção da base teórica necessária para fundamentar os tópicos abordados nesse estudo.

Com a pesquisa bibliográfica foi possível explicar o problema a partir de referências teóricas publicadas em pesquisas acadêmicas. Cervo, Bervian e Silva (2007, p. 60), enfatizam a importância de conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado sobre determinado assunto, tema ou problema.

Este tipo de pesquisa informa sobre a situação atual do problema, sobre os trabalhos já realizados a esse respeito e sobre as opiniões reinantes;

permitirá o estabelecimento de um modelo teórico inicial de referência, auxiliará no estabelecimento das variáveis e na própria elaboração do plano geral da pesquisa (RUIZ 2006, p. 50).

A pesquisa documental constitui na exploração dos dados disponibilizados pelas instituições governamentais referentes ao tema desse projeto, como documentos oficiais, relatórios de pesquisa, tabelas estatísticas, etc. Foram obtidos pelos institutos oficiais de estudo e pesquisas, como o Instituto de Geografia e Estatística (IBGE), o instituto de pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), órgãos governamentais como o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e a Secretaria da Agricultura Familiar (SAF), e de instituições financeiras como o BNB e BACEN.

Para efeito de triangulação foram usados para a análise qualitativa: atas de reuniões da associação dos agricultores do Normandia e do MST local, relatórios de ATER e outros documentos disponíveis na comunidade ou com os técnicos entrevistados.

3.4.2 Técnica 2 – Entrevista Individual

A Técnica de Entrevista Individual envolveu **39 pessoas voluntárias**. Para realização da técnica foram pontuadas três formas de organização: (a) - categorização analítica dos objetivos específicos, (b) – formulação das questões e (c) – aplicação de questionário de forma individual. Estes detalharam os procedimentos pertinentes na construção definitiva da entrevista individual.

a) Categorização analítica dos objetivos específicos

Segundo Gil ([1946], 1987) a coleta de dados parte da organização e do registro de informações, coletadas por meio das categorias analíticas obtidas na revisão de literatura.

A ordem de exposição das categorias analíticas seguiu a sequência dos objetivos da pesquisa como segue apresentado no quadro 1:

QUADRO I – OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS

<p>Objetivo geral: Avaliar se o PRONAF – A vem contribuindo para a sustentabilidade socioeconômica das famílias assentadas no Assentamento Normandia, proporcionando o aumento da capacidade produtiva, da geração de empregos e melhoria da renda dessas famílias.</p>			
<p>Objetivo específico 01: Levantar o perfil sócio demográfico dos Assentados da comunidade em estudo</p>			
Categorias de Análise	Ferramentas de Mensuração	Direção do Instrumento	Instrumento de Pesquisa
<p>Dados Sócio demográficos:</p> <p>Estado Civil;</p> <p>Idade;</p> <p>Origem.</p>	<p>Levantamento de informações acerca básicas das famílias assentadas.</p>	<p>Análise de informações coletadas junto aos agricultores.</p>	<p>- Entrevistas</p> <p>- Excel</p>
<p>Objetivo específico 02: Analisar como a comunidade listada tem contribuído para a efetiva incorporação dos benefícios do PRONAF-A quanto à sustentabilidade econômica e social do assentamento</p>			
Categorias de Análise	Ferramentas de Mensuração	Direção do Instrumento	Instrumento de Pesquisa
<p>Liderança;</p> <p>Capital Social;</p> <p>Planejamento;</p>	<p>Levantamento de informações a respeito do grau de influência da gestão no desenvolvimento da comunidade.</p>	<p>Análise de informações coletadas junto à liderança local do MST, Associação dos agricultores e IPA.</p>	<p>- Entrevistas</p> <p>- Excel</p>
<p>Objetivo específico 03: Verificar as contribuições do crédito,</p>			

assistência técnica e ocupação do assentamento via PRONAF-A para o aumento da capacidade produtiva das famílias assentadas.			
Emprego; Assistência técnica; Crédito; Produção; Renda; Infraestrutura.	Levantamento de informações a respeito do indivíduo e sua propriedade familiar.	Análise de informações coletadas junto aos agricultores.	- Entrevistas - Excel

QUADRO I – OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS

Fonte: elaboração do autor

b) Formulação do questionário (entrevista estruturada): perguntas

Para formulação do questionário utilizou-se como base nas percepções de Richardson ([1985], 2012), no qual afirma que toda entrevista é uma comunicação bilateral, e permite estreita relação entre duas pessoas. A entrevista estruturada é “usualmente chamada questionário” (RICHARDSON [1985], 2012, p.208), e pode ser utilizada como um instrumento de coleta de dados que viabiliza o pesquisador impor suas perguntas a outras pessoas, com base em conhecimento prévio do assunto (RICHARDSON [1985], 2012).

c) Cada participante teve hora agendada para receber a visita e responder às perguntas.

3.5 Análise dos dados

Para análise dos dados qualitativos foi utilizada a técnica de análise de conteúdo.

As técnicas utilizadas seguiram o que recomendam Bardin (2011) Graham Gibbs (2009), Anselm Strauss e Juliet Corbin (2008).

Ou seja, é um tipo de análise que envolve um conjunto de múltiplas técnicas de análise das respostas dos entrevistados.

Para interpretação qualitativa dos dados, foi realizada a decodificação aberta, microanálise dos dados e axial. Os processos se deram em duas etapas: Codificação (fala dos respondentes) e Decodificação das diferentes respostas de cada entrevistado/entrevistada.

O Quadro II apresentado a seguir descreve de forma sucinta as etapas da análise de conteúdo, com base em STRAUSS; CORBIN (2008).

QUADRO II – ETAPAS DA ANÁLISE DE CONTEÚDO

ETAPAS DA ANÁLISE DE CONTEÚDO	
Etapas	Conceitos
Decodificação Aberta	Nesta etapa são definidos os conceitos das categorias de análise encontradas na literatura, e por meio delas interpretar os dados para extrair propriedades e dimensões da pesquisa.
Decodificação Microanálise	Possibilita a utilização de comparação, formulação de questões e o uso de ferramentas analíticas. Após a microanálise dos dados, escritos e áudios (transcritos), é realizada a decodificação, que tem como pressuposto expor e criar códigos para as respostas (categorias analíticas) dos entrevistados de forma a interpretá-las considerando suas semelhanças e discrepâncias.
Decodificação Axial	O processo seguinte (comentário) após a constatação das categorias analíticas efetivadas através da microanálise dos dados. Este é o momento de relacioná-las as suas subcategorias, estas são divididas em dimensões menores que enfocam a forma como as categorias interagem.

Quadro elaborado pelo autor com base nas Teorias de STRAUSS; CORBIN ([1998], 2008).

Efetivada as etapas de decodificação dos dados foi realizada a etapa das inferências (memorando/síntese) para cada uma das questões. Os termos e expressões chave foram decodificados e articulados por cada questão com base na análise individual de todos os respondentes.

O Quadro III demonstra como foi processada a Análise de Conteúdo. Apresenta pela ordem: a) a questão da entrevista individual; b) as respostas dos/das entrevistados/entrevistadas; c) as categorias analíticas; d) os comentário e e) por fim, um memorando (síntese).

QUADRO III – DECODIFICAÇÃO - ANÁLISE DE CONTEÚDO

P1 - Quais tem sido as contribuições da liderança para o sucesso do Pronaf- A junto à comunidade?					
Respondente	Sexo	Idade	Codificação (repostas)	Categorias Analíticas	Comentário
	M	44	Entrevistado 01 - "Perceba, Boa parte dos agricultores é analfabeta, ou tem um nível baixo de escolaridade. Então, se não fosse o apoio que a liderança dá à comunidade nos planejamentos mensais, e inclusive quando se percebe a necessidade de crédito para a comunidade como um todo, o nosso assentamento não teria chegado onde já chegou."	Planejamento, apoio coletivo	Enfatiza que a maioria dos agricultores é analfabeta ou têm pouca escolaridade. Também por isso há a fundamental importância da Liderança para o bem comum.
	M	43	Entrevistado 02 - E mais fácil conseguir crédito para todos os agricultores, do que apenas para alguns poucos. Nosso trabalho de conscientização de que todos precisam produzir juntos e unidos, é fundamental para a proteção de todos.	Coletividade, conscientização	Acredita que a coletividade consegue ir mais longe. Então o trabalho de conscientização da liderança para que os agricultores percebam o lado coletivo das atividades é bem valorizada.
Memorando (síntese) P1 - Quais tem sido as contribuições da liderança para o sucesso do Pronaf - A junto à comunidade?					
Foram observadas manifestações parecidas nas pessoas entrevistadas. Todos descaram que é importante a união da toda a comunidade para que os interesses pessoais não se sobressaiam aos do grupo. Destacaram ainda que o grupo unido tem mais acesso ao crédito do Pronaf, e à assistência técnica do que se os cidadãos tentarem sozinho. Destacaram também que a maioria dos agricultores do Assentamento Normandia é analfabeta, ou tem baixa escolaridade, também por isso, há a grande importância da Liderança fazendo o papel de direcionar essas pessoas para a cooperação mútua de forma a preservar pela sobrevivência de todos.					

Memorando: representa uma síntese dos comentários dos agricultores.

Quadro e fonte: elaborado pelo autor.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da pesquisa aqui apresentados refletem a situação dos beneficiários do PRONAF – A do Assentamento Normandia. Estes resultados estão divididos em três seções: a primeira levanta o perfil sócio-demográfico dos assentados da comunidade em estudo; a segunda analisa como a comunidade listada tem contribuído para a efetiva incorporação dos benefícios do PRONAF- A quanto à sustentabilidade econômica e social do assentamento; e a terceira verifica as contribuições do crédito, assistência técnica e ocupação do assentamento via PRONAF-A para o aumento da capacidade produtiva das famílias assentadas.

4.1 Levantamento do perfil sócio demográfico dos assentados da comunidade em estudo

O Assentamento Normandia foi criado em 2000 através da desapropriação da fazenda de mesmo nome, por interesse social (que acontece quando o imóvel rural não está cumprindo sua função social, ou seja, está improdutivo). A partir do decreto nº 1.311/98, de 18/09/1998, daquele mesmo ano, começaram a chegar as primeiras famílias. O imóvel dispõe da seguinte infraestrutura: açude, energia elétrica, curral, estradas internas, armazéns, galpão para máquinas, casa de farinha, casa de extração, dentre outros.

O Assentamento Normandia possui uma área total de 540,00ha (cada agricultor dispõe de 10ha destinado ao plantio). Localizado no Município de Caruaru, o Assentamento está distante 11Km da sede do município e a 138km de Recife. O acesso local é feito pela BR 104. Das margens da BR até a sede o assentamento é preciso percorrer aproximadamente 300m por uma estrada de terra batida.

Atualmente, moram no assentamento 40 famílias, no entanto existem residências para abrigar 60. O número menor que a capacidade se deve à desistência de algumas famílias, por motivos diversos (em geral conseguiram emprego em outro lugar).

Pelos dados coletados, observaram-se em média quatro pessoas por domicílio, sendo que 96,6 % residiam nas localidades próximas antes de virem

morar no assentamento, e 75,9% dos assentados estão há mais de dez anos no assentamento.

No que diz respeito à escolaridade 41,38% deles possuem o ensino fundamental incompleto e 34,48% são analfabetos. Ou seja, apenas um pouco mais de 24% dos agricultores do Assentamento chegaram ao ensino médio. Isto quer dizer que a maior parte deles (homens e mulheres) não têm mais do que 5 anos de estudo. Em seu estudo, Alves e Santos (2015) concluem que a educação no campo ainda apresenta muitos desafios e descasos. A deficiência de políticas públicas de acesso às escolas, estradas, saúde e até mesmo assistência técnica, tem comprometido o avanço sobre esta perspectiva educacional e compromete a escolaridade e a educação da população rural.

Quanto ao estado civil dos agricultores do Assentamento Normandia, 71,38% são casados e 28,62% têm união estável.

Quanto aos trabalhos coletivos: às manhãs das sextas-feiras são dedicadas a essas atividades. Estas envolvem os trabalhos na área de produção coletiva, além de reparos nas instalações, como cercas e estradas. Para os assentados essas atividades são importantes, pois mantêm a propriedade em bom estado de conservação e se constituem em uma reserva de recursos - já que trabalhando coletivamente, os agricultores economizam recursos com pagamento de mão de obra assalariada. Segundo Paula (2004 p. 96), este tipo de,

[...] exploração comunitária de terra e a divisão dos resultados de acordo com os dias trabalhados podem ser apontados como componentes de um modelo ideal de organização dos trabalhadores rurais em áreas de reforma agrária (PAULA 2004 p. 96).

[...] sem esses elementos o programa pode estar fadado ao fracasso tendo em vista os riscos econômicos de uma agricultura ineficiente em lotes individuais. Esta é, portanto, uma conclusão fundamental sobre o plano de reforma agrária: as áreas desapropriadas devem caminhar para a transformação em verdadeiras empresas rurais associativas com capacidade de geração de excedentes e inserção no mercado, possibilitando a independência financeira e a melhoria nas condições de vida dos agricultores. (PAULA 2004 p. 96).

As principais culturas praticadas no assentamento são: feijão, milho, mandioca, e em menor escala, bovinocultura e ovinocultura. Além do PRONAF-A, os assentados já foram beneficiados com os seguintes programas: Programas de Custeio do Banco do Brasil em 2000; o Crédito Instalação em 2002 (executado pelo Incra, e teve como objetivo suprir as necessidades básicas, fortalecer as atividades produtivas, desenvolver os projetos, auxiliar na construção de unidades habitacionais e atender necessidades hídricas das famílias dos projetos de assentamento (INCRA, 2010); Projeto Luz para Todos em 2003 (executado pelo Governo Federal, que tem como objetivo levar energia elétrica para áreas rurais e acabar com a exclusão elétrica no País (BRASIL. MDA, 2010); Programa um Milhão de Cisternas em 2005 (tem como objetivo beneficiar os habitantes em toda a região semiárida, com água potável para beber e cozinhar através de cisternas de placas (ARTICULAÇÃO, 2010); e o PRONAF- A em 2013, como descrito anteriormente. Todos os programas anteriores foram um canal facilitador para o crédito do PRONAF – A em 2013, visto que com os recursos e suportes recebidos anteriormente, os agricultores do Assentamento puderam apresentar condições maiores de honrar seus compromissos com o banco antes de conseguir o crédito.

4.2 As contribuições à sustentabilidade econômica e social do assentamento da comunidade pela efetiva incorporação dos benefícios do PRONAF- A

A pesquisa de campo revelou que na comunidade estudada, não há organização cooperativista, entretanto, todos os agricultores fazem parte da associação do assentamento que foi criada logo após a desapropriação, para que através dela os mesmos tivessem acesso à crédito para habitação.

Como será visto nas análises posteriores, a associação formada pelos agricultores é uma condição fundamental na dinâmica do assentamento Normandia, sobretudo, porque é através da associação que são firmados os contratos com os programas governamentais de apoio à comercialização dos produtos originados da agricultura familiar, contribuindo para inserção das mercadorias no mercado local.

Cabe destacar, o papel do coordenador do Assentamento e também integrante da liderança do MST no estado de Pernambuco, Sr. Jailton. O presidente

da associação possui um estilo de liderança democrático, segundo os liderados. As eleições para eleger o presidente acontecem a cada dois anos e há uma rotatividade de associados assumindo o cargo de presidente. Além disso, o que se observou, durante as visitas ao assentamento, foi alta articulação e mobilização dos agricultores em conjunto com a associação, em prol de melhores condições de produção e de mecanismos de escoamento dos produtos cultivados, como por exemplo, incentivos à formação cooperativista (a comunidade possui uma associação de agricultores, mas ainda não desenvolveu a cooperativa), e por consequente as benesses desse tipo de organização. A maioria dos agricultores entrevistados informou que atualmente além de problemas na comercialização, o maior problema enfrentado pelo assentamento é a falta de água para a produção e a precária assistência técnica. Apesar de a liderança não ter conseguido trazer apoios externos suficientes para que se resolvam tais problemas estruturais, os liderados deixaram claro que a gestão local é eficiente, na visão deles.

O comentário abaixo, feito pelo assentado 01 é bastante expressivo e deixa evidente que o fato de existir uma liderança atuante na comunidade, tem sido bom para os agricultores que lá residem, mas por outro lado, revelam uma dependência extremada dos assentados em relação a esta liderança. Tal fato traz impactos em termos de organização e participação nos processos decisórios do Assentamento Normandia.

“Perceba, Boa parte dos agricultores é analfabeta, ou tem um nível baixo de escolaridade. Então, se não fosse o apoio que a liderança dá à comunidade nos planejamentos mensais, e inclusive quando se percebe a necessidade de crédito para a comunidade como um todo, o nosso assentamento não teria chegado aonde já chegou.” Assentado 01.

Diferentemente do cooperativismo, as formas de organização associativas não tem finalidade econômica, visam à promoção de assistência social, educacional, cultural, representação política, defesa de interesses de classe, filantrópicas, dentre outros. (NUNES et al,2015).

A associação aqui mencionada interfere, mas não tem influência sobre as formas de comercialização adotadas pelos agricultores. Cada agricultor se responsabiliza individualmente pelo escoamento da sua produção. Essa situação

pode impactar de forma negativa o desempenho de suas atividades comerciais, pois na condição de agricultores familiares trabalhando de forma isolada torna-se mais difícil barganhar melhores condições de preços, assim como ratear despesas como frete, aluguel de máquina, dentre outros serviços, perde-se assim economias de escala e de escopo - escala pela perda de barganha pelo pouco volume comercializado individualmente e escopo pela possibilidade de articular mais de um produto ao processo de comercialização de compras de insumos e de vendas da produção.

Essa situação de isolamento dificulta ainda o acesso desses agricultores aos programas governamentais como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de assistência Escolar (PNAE), além disso, a falta de adesão desses agricultores em prol do benefício comum do grupo impede que o assentamento como um todo seja beneficiado com outras ações governamentais, como obras de infraestrutura para o assentamento. Por outro lado, observa-se uma cooperação entre os assentados que pode ser medida pela alta frequência nas reuniões e participação constante em trabalhos coletivos da comunidade. Há a perspectiva de formação de uma cooperativa ampliada através de parceria com outras comunidades próximas, por ser esta uma estratégia geral do próprio MST, ou seja, “maior integração e articulação entre seus afiliados” (MST [1984], 2013, p. 09).

A sede da associação funciona como ponto de apoio do assentamento, onde mensalmente, no último domingo de cada mês, os associados se reúnem para discutir as questões coletivas e as condições de vida e trabalho dos agricultores. De acordo com alguns agricultores entrevistados, a assiduidade dos associados é alta.

A gente se reúne uma vez por mês. É uma lei básica do nosso assentamento, que todo agricultor responsável pela sua família participe das reuniões, ou envie um representante. Os agricultores entendem bem nosso lema e participam com frequência. Assentado 01 (PESQUISA DE CAMPO, 2017).

É o lema do MST e do nosso assentamento, que todos vivam em cooperação. Todos parecem aceitar isso muito bem. Liderança 2 (PESQUISA DE CAMPO, 2017).

Com o projeto de financiamento fruto das iniciativas da liderança junto à militância do MST local foi possível a ampliação das culturas de feijão e milho de

sequeiro, a aquisição de matrizes bovinas e ovinas, de reprodutor ovino, além da implantação de capim e mandioca para forragem. O conjunto dessas atividades contribui para a sustentabilidade econômica das famílias, pela ampliação da produção e sua diversificação contribuindo para a viabilização do assentamento.

A figura 04, mostra que no período de três anos a área plantada dos assentados aumentou, em média, de 5,4ha para 10,0ha, sendo que 89,7% dos entrevistados afirmaram ter aumentado a área plantada enquanto 10,3% não aumentaram. O PRONAF-A contribui para este incremento, já que o projeto previa o aumento da área plantada. A melhoria da produção por meio do PRONAF-A é justificada pelo aumento da produção, a melhoria nas condições de trabalho, o consumo de alimentos que antes não possuíam e, ainda, a utilização do que realizaram com os recursos e o aumento da área plantada. (SEDEEC, 2017).

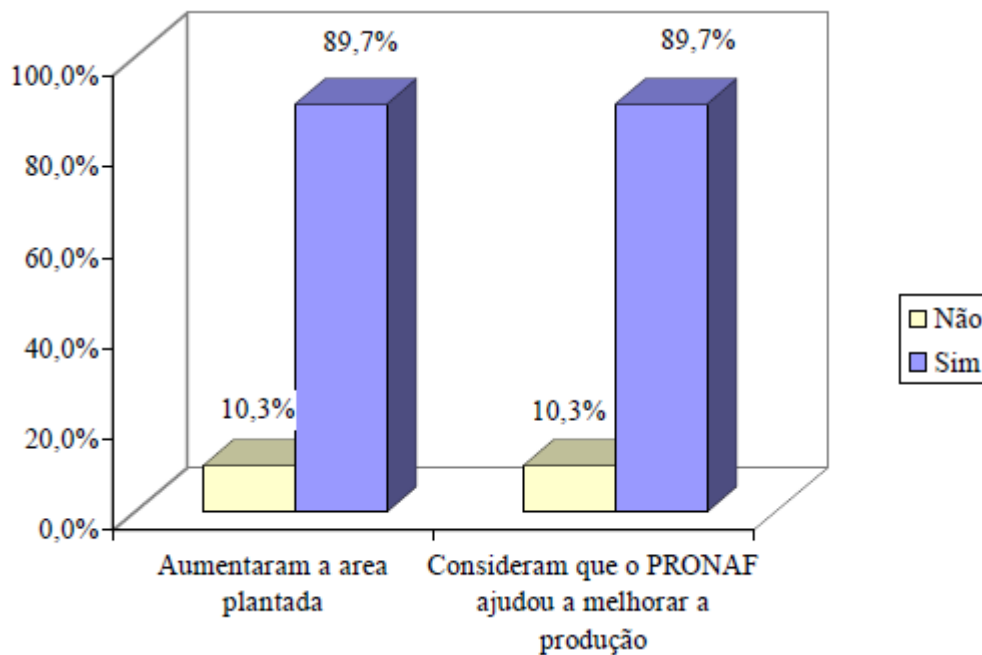


Figura 4 – Distribuição Proporcional (%): Aumento da área plantada dos Assentados com a contribuição do PRONAF.

Fonte: Pesquisa de Campo

Observou-se que antes do financiamento 72,4% dos assentados não praticavam as atividades pecuárias (bovino e ovino), sendo que na época da pesquisa este percentual apresentava um decréscimo de 34,5%, ou seja, uma redução de 52,4% em relação ao percentual inicial.

Comparando o percentual de assentados que praticavam as atividades financiadas (empréstimos em bancos para produção específica ou compra de equipamentos) antes e depois do financiamento do PRONAF-A, ocorreu um aumento de 137,5%, passando de 27,6% para 65,5% o número de proprietários que ainda praticam as atividades financiadas. Com estes resultados, pode-se indicar que com o PRONAF - A houve uma diversificação na produção com a inclusão de novas atividades exploradas, já que antes do financiamento todos os assentados praticavam apenas as culturas de feijão, macaxeira e principalmente, milho e depois do financiamento 65,5% praticavam as quatro atividades (plantio de feijão e milho e bovinocultura e ovinocultura).

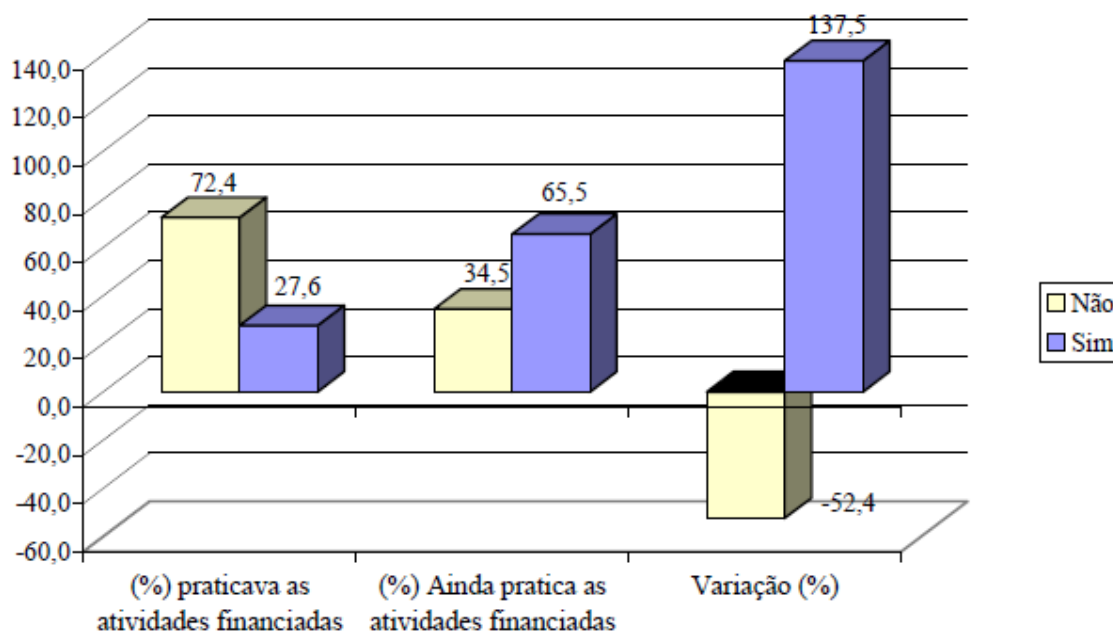


Figura 5 - Distribuição Proporcional (%) Comparativa das Atividades Financiadas antes e depois do Financiamento.

Fonte: Pesquisa de Campo (2017).

Com base na figura 06 logo a seguir, observa-se que quando se compara a produção das atividades financiadas (outros empréstimos em bancos para produção específica ou compra de equipamentos) antes e depois do financiamento do PRONAF-A medido pelo índice de produtividade (Quantidade total produzida / área total plantada) obtém-se para a produção de feijão um aumento de 11,15% (de 9,5 sacas para 10,7 sacas) em média, produzidas por assentado em 58,6% dos estabelecimentos. Ao passo em que em 20,7% dos estabelecimentos houve

diminuição da produção ou permaneceu a mesma. Para a produção de milho o aumento de produtividade foi de 69%, representada por uma elevação de 18,6 sacas para 30,1 sacas por ha. Em 17,2% dos lotes houve decréscimo da produtividade de milho, e em 13,8% a produtividade permaneceu a mesma.

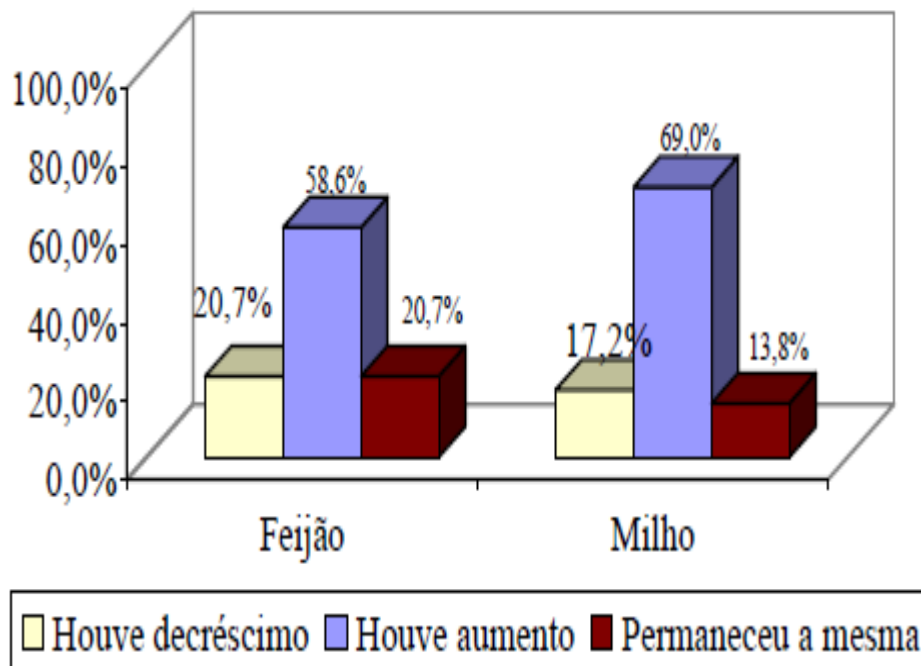


Figura 6 – Distribuição Proporcional (%) da Alteração na Produção das Atividades de Feijão e Milho.

Fonte: Pesquisa de Campo (2017).

Os rebanhos bovino e ovino no presente são respectivamente constituídos de: 81 cabeças e 145 cabeças. Poucos assentados praticam estas atividades, não sendo possível fazer uma comparação de antes e depois do financiamento. Porém, alguns aspectos na exploração dessas atividades foram captados através dos comentários dos assentados, como a falta de estrutura para a criação de ovelhas, que invadiam os lotes dos outros assentados, destruindo as plantações, o que fez com que muitos vendessem as cabeças adquiridas. Outro aspecto relevante é que normalmente o rebanho é usado como reserva de valor para quando eles têm alguma necessidade financeira e foram justamente essas atividades pecuárias que permitiram liquidar seus empréstimos nos casos em que houve desvios de finalidade do crédito.

Normalmente, a produção de milho, feijão, macaxeira, e todos os produtos que já mencionamos anteriormente têm sido destinados ao consumo da família e o excedente da produção geral é vendido no mercado local aos atravessadores, já que é difícil o deslocamento para a venda na sede do município, onde conseguiriam um preço melhor. Uma questão de escala de comercialização conforme comentado anteriormente.

O programa de Aquisição de Alimento – PAA existe também para tentar eliminar a necessidade de atravessadores, além de garantir a compra de parte da produção para encaminhar às instituições locais. O programa citado vem tendo êxito em diversas localidades do Brasil, inclusive no Nordeste, porém o PAA não foi implantado ainda no Assentamento Normandia, pois a comunidade ainda não conseguiu resolver por completo problemas produtivos, de que trata o PRONAF, para que tenha acesso ao programa (LEITE et al., 2015 p. 30).

O governo deve apoiar na área de comercialização e garantir a compra da safra porque o atravessador só compra com preço baixo. Assentado 05.

Já as dificuldades enfrentadas na produção (milho, feijão, macaxeira, e todos os produtos que já mencionamos anteriormente) deve-se a impossibilidade de irrigação por falta de água, a falta de crédito e o alto valor dos juros para custeio, a falta de trator, além da precária assistência técnica. Este fator será visto na próxima seção com maior profundidade.

No âmbito nacional, Mattei (2010) destaca que o PRONAF tem provocado aumentos sobre a produção dos estabelecimentos produtivos que tiveram acesso ao programa em comparação com agricultores que não acessaram. Evidencia-se a correção positiva entre o financiamento e a expansão da quantidade produzida, gerando externalidades positivas sobre indicadores socioeconômicos dos municípios.

4.3 Verificação das contribuições do crédito, assistência técnica e ocupação do assentamento via PRONAF-A para o aumento da capacidade produtiva das famílias assentadas.

Esta seção analisa as contribuições do PRONAF - A para o aumento da capacidade produtiva do Assentamento Normandia, partindo-se da análise de crédito, assistência técnica e ocupação do assentamento.

4.3.1 Caracterização e análise do crédito

A começar pelo acesso ao crédito do PRONAF – A, com todos os dados obtidos nas a partir das entrevistas realizadas, deixa evidente que a tomada de crédito é realizada na sua maioria por homens, correspondendo 76% do universo dos beneficiários do Assentamento. No município de caruaru, a participação masculina na tomada de crédito é de 63%. Portanto, a média da participação dos homens na tomada de crédito é maior do que a média do Município em 2017. (CONDEPE/FIDEN, 2017). Essa evidência já era esperada e constatada por outros estudos, como o de Santos (2010) que afirma que o homem tem maior probabilidade de acessar o crédito.

No que se refere aos projetos financiados para o Assentamento, Em 2013 foram financiados dois projetos com recursos do PRONAF – A para o assentamento, um projeto coletivo no valor de R\$ 102.400,00 (Cento e dois mil e quatrocentos reais), que financiou a atividade de apicultura e itens de infraestrutura, e outro com repartição individual, no valor de R\$ 482.300,00 (quatrocentos e oitenta e dois mil e trezentos reais), que financiou as atividades de bovinocultura, ovinos e grãos, itens de infraestrutura e preparo do solo. Os dois projetos beneficiaram 40 assentados, lembrando que atualmente todos eles continuam morando no assentamento. Cada um dos agricultores recebeu cerca de R\$ 14.617,50 (Quatorze mil, seiscentos e dezessete reais e cinquenta centavos) no total, se considerado também o projeto coletivo. Não houve participação com recursos próprios dos assentados.

Durante a permanência no assentamento fez-se vários relatos em relação ao crédito do financiamento que podem ter influenciado para os resultados do programa, como o assalto de cerca de R\$ 1.900,00 (mil e novecentos reais),

ocorrido a 14 assentados. Este fato ocasionou sérios problemas aos assentados, já que não puderam investir o dinheiro na produção e ainda ficaram com a dívida bancária.

Além do fato narrado, foi comum entre os assentados relatos de que receberam o valor do financiamento em pequenas parcelas, destacando a existência de burocracia na liberação dos recursos. As pequenas parcelas de crédito recebidas fizeram com que comprassem animais por preços acima do valor de mercado e de baixa qualidade. De outro modo, parcelas maiores permitiriam escolher animais melhores. Houve desistência de parte do crédito de um assentado por causa desta questão. Foram relatados também desvios da finalidade do crédito e enfatizaram que deveria existir uma maior fiscalização e punição permanente por parte do BNB.

Foi o erro do BNB e da Assistência Técnica dividir o financiamento em muitas parcelas. Com a burocracia na liberação dos recursos o preço dos animais aumentou. Assentado 2.

Deveria existir uma maior fiscalização e punição permanente por parte do BNB, antes do assentado ir embora porque é como um passarinho se as asas não são cortadas desde o nascimento elas crescem e ele voa para longe. Assentado 03.

[...] fiscalizar o que tinha e o que podia adquirir. O governo deixa os assentados muito à vontade tem que saber quem merecia e quem não merecia tem que ser como uma prova, mas é uma medida só. Assentado 06.

Baseando-se nos relatos colhidos, percebe-se que os assentados não têm atribuição para coibir tais abusos. De acordo com Graziano (2005), cabe aos financiadores esta tarefa. Desvios de finalidade dos recursos recebidos contribuem para denegrir a reputação dos assentados e do programa.

Quanto ao projeto coletivo (apicultura) , o mesmo nunca foi implementado completamente, e até setembro de 2016, alguns assentados criaram grupos para iniciar a exploração das suas atividade produtivas. Os motivos apontados para a não implantação do projeto no ano de 2013 foi não ter havido organização dos assentados para iniciá-lo, o que indica uma falha da gestão associativa. Além disso,

afirmam que foram compradas muitas caixas de abelhas e o projeto deveria ter começado aos poucos.

Apesar de não estarem auferindo renda dessa atividade, já que o projeto não chegou a ser implantado, a parcela do financiamento com a apicultura foi paga com recursos das atividades praticadas no coletivo com outras culturas, que são: o plantio de feijão, milho, mandioca, além da bovinocultura e ovinocultura.

A primeira parcela do financiamento individual deveria ter sido concretizada em 2016, sendo que 20,7% dos entrevistados estavam em atraso com a instituição financeira e 79,3%, conseguiram pagar a parcela, porém a regularidade foi devida à prorrogação da dívida feita pelos assentados. Ademais, 78,3% dos que prorrogaram o pagamento anual tiveram dificuldade para quitar a dívida, principalmente pelo fato da produção no ano de 2016 não ter sido a esperada, devido à falta de chuvas naquele ano. O restante, 21,7% não tiveram dificuldade, já que conseguiram vender a produção a tempo para pagar a dívida contraída. A fonte para pagamento, em 78,3% dos casos, foi oriunda da produção agropecuária a partir da venda de animais ou grãos; em 8,7%, de aposentadoria; e em 13,0% de outras fontes, como mostra a figura 7 abaixo. De acordo com um dos entrevistados, o pagamento em dia é algo muito importante.

Sou filho de um velho que morreu com 97 anos e que me ensinou a pagar as coisas em dia [...] eu acho que a gente tem que devolver [...]
Assentado 03.

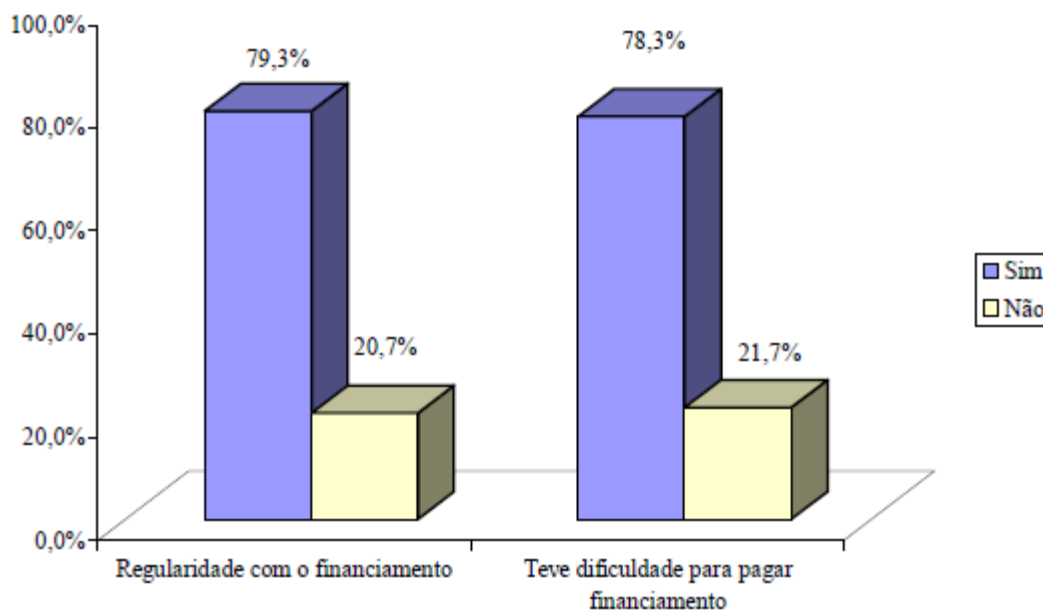


Figura 7 – Distribuição Proporcional (%) da Regularidade dos Assentados com o Financiamento e da Dificuldade para Pagar Financiamento.

Fonte: Pesquisa de Campo (2017).

A opinião dos assentados quanto ao PRONAF- A, se ele proporcionou a melhoria das condições de vida, mostram que 62,1% dos assentados consideram que o programa ajudou muito na melhoria, 17,2% um pouco, e 20,7% acham que o PRONAF- A não ajudou a melhorar suas condições de vida.

Entre os que disseram ter havido melhoria alegaram o fato de possuírem alguma poupança para os próximos anos. Se houver alguma necessidade têm como vender parte da produção ou um animal; alguns destacaram não faltar o que comer como mudança em suas condições de vida. Relataram, ainda, que antes não possuíam nada e agora têm carroças, para ajudar na produção, e animais. Antes compravam leite para as crianças e agora a produção do produto se dá no lote. Outros disseram que aumentou o número de animais e o projeto ajudou a estruturar a propriedade para produzir. Entre os que responderam que melhorou um pouco, justificaram que antes não deviam ao banco e talvez melhorasse no futuro. Já os que afirmaram não terem melhorado as condições de vida, justificaram que os animais morreram por doenças não controladas e ficou a dívida e têm a mesma dificuldade de antes, além de uma parte do crédito ter sido roubada.

A figura 8 mostra a distribuição proporcional (%) da opinião dos assentados em relação ao PRONAF e melhoria nas condições de vida:

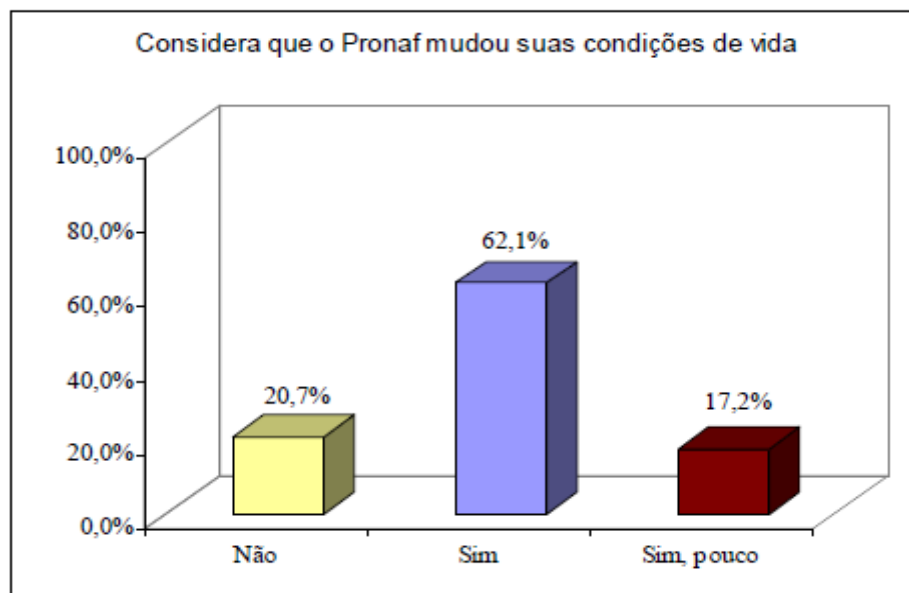


Figura 8 – Distribuição Proporcional (%) da Opinião dos Assentados em relação ao PRONAF e melhoria nas Condições de Vida

Fonte: Pesquisa de Campo

Sobre novos financiamentos, 86,2% dos assentados desejam obter outros financiamentos, pois desejam crescer enquanto produtores, enquanto 13,8% não desejam outros financiamentos, pois julgam-se satisfeitos e ou não acreditam que possam pagar os possíveis futuros financiamentos. Quanto ao tipo de financiamento que pretendem realizar, 88,0% desejam outro investimento, 8,0% custeio, e 4,0% qualquer tipo de financiamento. Dos que não almejam um novo financiamento, somente obteriam um novo se quitassem o existente. A respeito desse tópico foi comum desde o primeiro contato com os assentados a possibilidade de obtenção de um novo benefício para eles. Mesmo depois de orientados do que tratava a pesquisa, permaneceram com esse sentimento durante as entrevistas individuais.

A figura 5 mostra a distribuição proporcional (%) tipo de financiamento x desejo sobre novos financiamentos.

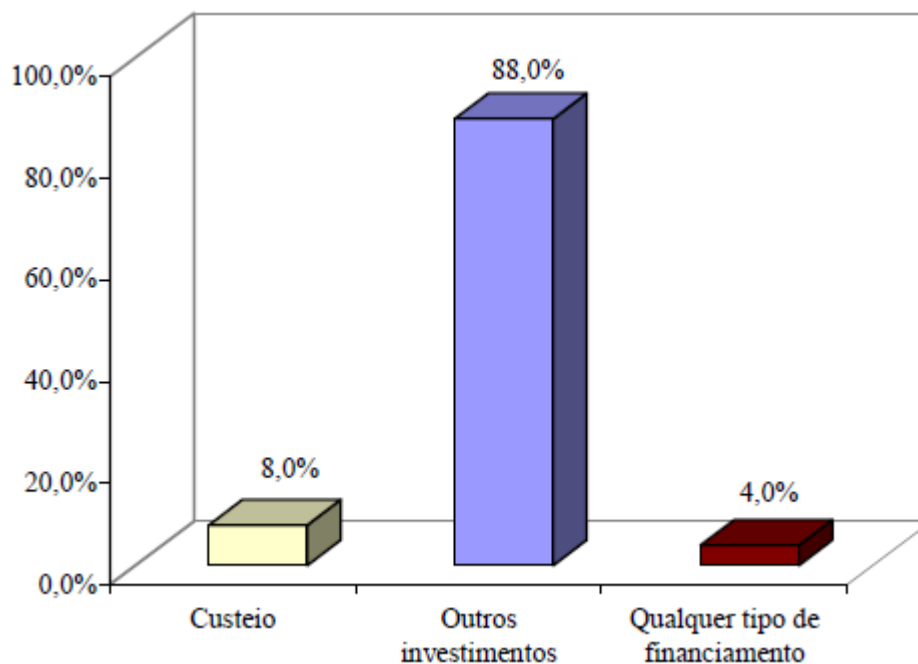


Figura 9 – Distribuição Proporcional (%) Tipo de Financiamento e desejo sobre novos financiamentos

Fonte: Pesquisa de Campo

No que diz respeito aos itens adquiridos (cultivador de tração animal, carroça, silo e cerca), 79,3% dos assentados utilizam os implementos adquiridos e que se encontram em bom estado de conservação, enquanto 20,7% não utilizam todos os implementos, sendo que destes 13,8% não possuem mais alguns dos itens adquiridos, como carroça e cultivador, e 6,9% alegam que o animal de tração morreu.

4.3.2 A Assistência técnica

O projeto de investimento previa o serviço de assistência técnica, como parte do valor do financiamento concedido, e que a mesma seria prestada durante o período de implantação do projeto com visitas periódicas durante quatro anos, bem como na época da liberação das parcelas. Assim, esse serviço, além de pretender proporcionar melhoria nas técnicas utilizadas pelos assentados e garantir a viabilidade do projeto, funcionaria como um agente fiscalizador dos projetos financiados. (LEITE et al., 2016 p. 28).

A figura 9, a seguir, mostra distribuição proporcional (%) da frequência do serviço de assistência técnica prevista no projeto.

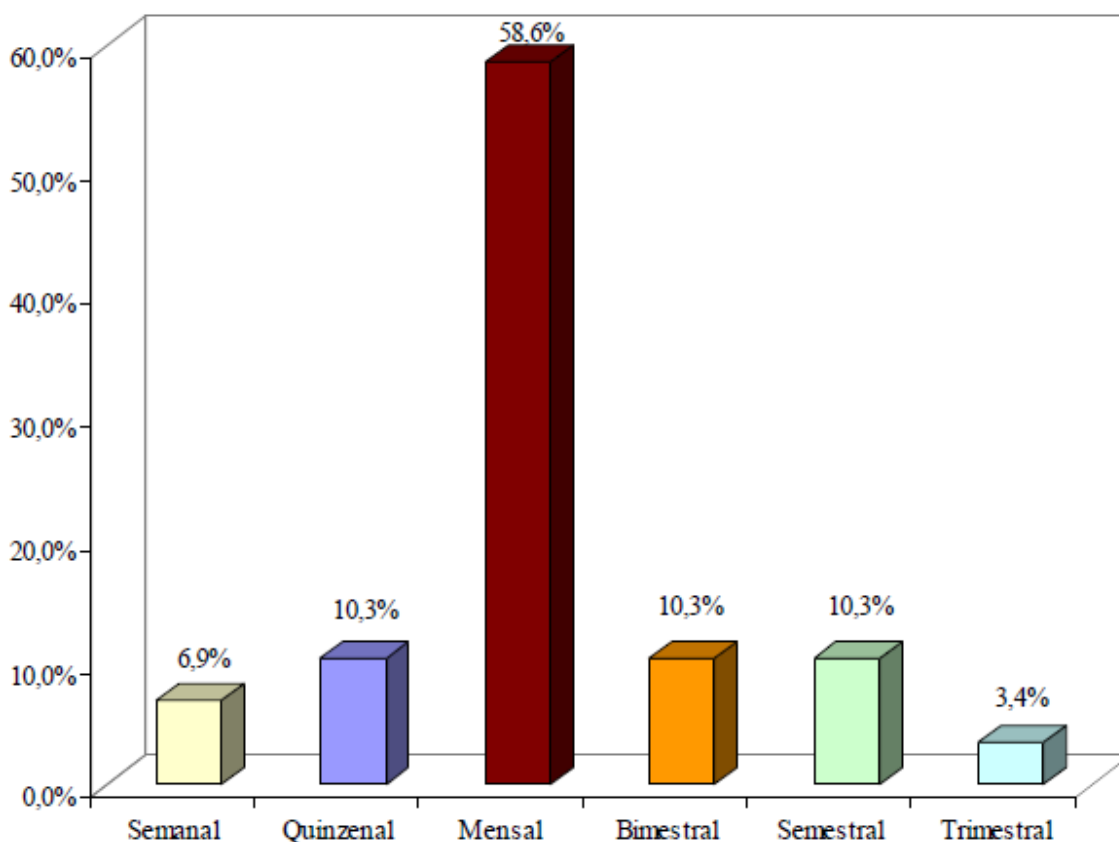


Figura 9 – Distribuição Proporcional (%) da Frequência do Serviço de Assistência Técnica prevista no projeto.

Fonte: Pesquisa de Campo (2017).

Em relação à prestação desse serviço, todos os entrevistados afirmaram tê-lo recebido da empresa contratada, porém a frequência variou bastante, pois segundo eles 58,6% das visitas foram mensais, 10,3% foram semestrais, bimestrais, quinzenais, 6,9% semanais e 3,4% trimestrais. Além disso, 58,6% receberam a assistência técnica apenas no período de desembolsos, e 41,4% afirmam ter recebido visitas regulares durante o desenvolvimento das atividades. Desta forma, percebe-se que não há coincidência nas visitas realizadas. Além disso, o contrato não determina a quantidade de visitas e periodicidade devem ser realizadas a cada etapa. Os técnicos afirmam que a assistência técnica deve ter intensidade diferente nas diversas etapas, pois cada fase apresenta suas peculiaridades e dificuldades para o agricultor. O IPA apenas sugere de forma geral, que as visitas técnicas devem ser realizadas durante quatro anos sem uma meta. Com isto a empresa contratada poderá fazer poucas visitas e alegar que foram suficientes. Não há um dado objetivo de avaliação. Segundo o IPA, uma visita mensal é recomendada, mas

essa frequência nem sempre chegou a ocorrer no Assentamento. Isto demonstra uma enorme falta de comprometimento ou impossibilidade concreta (falta de recursos por exemplo) do IPA para com os agricultores que precisam da sua assistência.

A figura 10, logo a seguir, mostra a distribuição proporcional (%) da Opinião dos assentados sobre o serviço de assistência técnica.

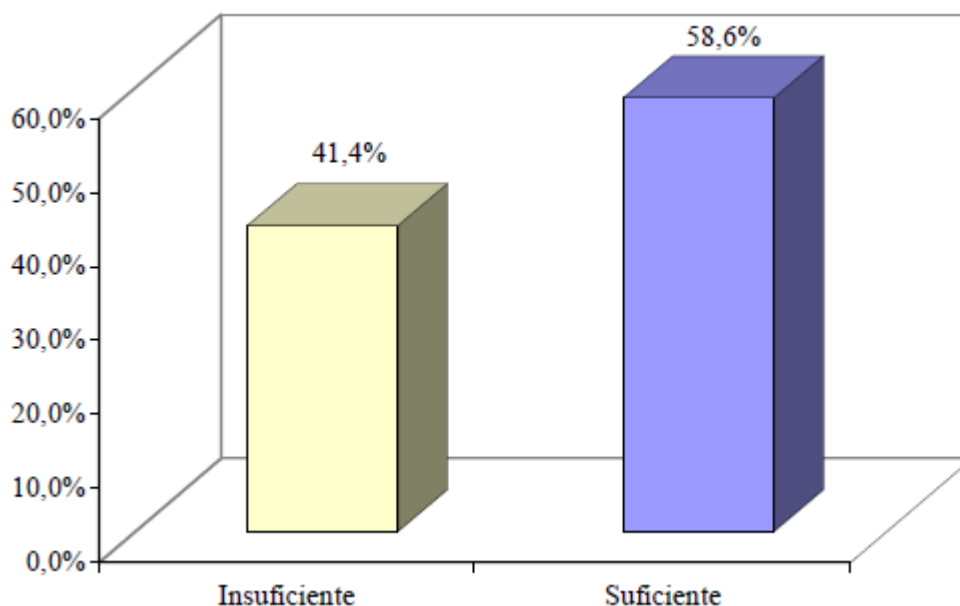


Figura 10 – Distribuição Proporcional (%) da Opinião dos Assentados sobre o Serviço de Assistência Técnica

Fonte: Pesquisa de Campo (2017).

Para 41,4% dos entrevistados, a assistência técnica prestada não foi suficiente, e 58,6% consideram que foi suficiente. Os motivos apontados como justificativa para um bom serviço prestado foram: orientações de como organizar a terra, aplicação correta de agrotóxicos, manejo do rebanho, preparação do solo, manutenção de máquina e identificação de pragas desconhecidas. Já os motivos para a insuficiência do serviço foram: já tinham o conhecimento das orientações prestadas; as orientações foram poucas; só chegava para assinar o laudo para a liberação das parcelas. Além disso, nos dois grupos foi comum a reclamação de alguns entrevistados de que o técnico não visitava a área onde realizavam suas atividades, a compra de animais de baixa produção e que a empresa trabalha em muitos assentamentos e não tinha tempo de prestar a assistência devida.

Para o assentado 04:

“Tem gente que não seguiu as orientações por isso fica falando mal”.
Assentado A4.

Porém, para o assentado 25, o serviço de assistência técnica

“Logo no início foi frequente [...] mas não foi da maneira que precisava”. Assentado 25.

4.3.3 A ocupação no Assentamento

Em relação à força de trabalho, os dados levantados mostram que 88,8% dos entrevistados trabalhavam em atividades rurais antes de morar no assentamento, sendo que os demais, apesar de não estarem exercendo trabalho rural antes de viverem no Normandia, afirmaram já ter trabalhado como produtor agrícola.

No Normandia é comum a troca de dia de trabalho e/ou pagamento de diária entre os assentados, principalmente na época do plantio e da colheita, período em que enfrentam maiores dificuldades, segundo eles, devido aos custos de produção.

Como mencionado, há uma média de quatro pessoas por domicílio, sendo que em apenas em 35,40% dos domicílios trabalham mais de uma pessoa na atividade rural. Não houve alteração da quantidade de pessoas que exercem atividades no meio rural nos últimos três anos. Ressalta-se, ainda, que 11,4% dos entrevistados praticam atividades não-agrícolas: taxista, pedreiro e costureira. Saliente-se que Caruaru é um município de relativa concentração industrial o que viabiliza maior contratação de mão de obra local.

Apesar de não haver aumento direto de ocupações depois do financiamento, o PRONAF - A ajudou a manter 40 ocupações no meio rural, já que este foi o número de assentados que permaneceram desde o início da implantação do projeto, em 2013.

Por seu turno, Queiroz (2012) destaca que o PRONAF ao longo dos anos tem permitido avanços da agricultura familiar em diversos seguimentos, principalmente na ocupação do meio rural. Todavia, destaca que há a necessidade de adapta-los às realidades locais dos agricultores mais pobres, como é o caso da região Nordeste. Nesta região, constatou-se que o PRONAF, seja ele grupo A ou qualquer outro

seguimento, não conseguiu reduzir os índices de miséria e pobreza. Dessa forma, a autora sugere que haja aumento dos recursos direcionados para a região, justamente com um programa de apoio e orientação técnica, considerando as particularidades de cada localidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A avaliação de políticas públicas no Brasil vem crescendo nos últimos anos, principalmente com o aumento do controle social sobre os gastos públicos. Neste sentido, é necessário conhecer os resultados dos programas executados pelos governos federal, estadual e municipal, ou seja, se os objetivos pretendidos estão sendo alcançados. Deste modo, as avaliações podem contribuir para manter, corrigir, melhorar e até mesmo extinguir, se for o caso, o programa avaliado.

No caso deste trabalho, observou-se que a política de crédito rural adotada no Brasil não conseguiu atingir os pequenos produtores rurais do Assentamento Normandia no município de Caruaru, pois cobrava juros altos e tinha exigências, principalmente de garantias, que não poderiam ser cumpridas por eles.

O PRONAF surgiu para tentar corrigir esta falha, porém com a heterogeneidade existente no segmento da agricultura familiar, coexistindo produtores descapitalizados, em transição e capitalizados, foi necessário criar diversas linhas de crédito como uma tentativa de alcançar um maior número de produtores. Outro problema recorrente no Brasil é a concentração existente da estrutura fundiária, que ocasiona a exclusão de muitos produtores do acesso à terra. A política de reforma agrária executada pelo Governo federal é de desapropriação de terras para criação de assentamentos rurais que visam permitir a permanência do homem no campo. Os agricultores quando beneficiados com a terra, passam a demandar outros serviços e apoio do governo para enfrentar os problemas já existentes para produzir e sobreviver no campo. Sem dúvida, o crédito rural é uma das maiores dificuldades enfrentadas pelos agricultores. Deste modo é que uma das linhas de crédito do PRONAF - A é destinada a esse público para tentar diminuir a dificuldade de acesso ao crédito.

Neste estudo foram analisados, além da importância da gestão associativa (grande responsável pelo acesso ao financiamento coletivo pelos agricultores, mas que não conseguiu geri-los adequadamente quanto à efetiva aplicação dos recursos), quatro aspectos do programa: produção, ocupação, assistência técnica e crédito e a sua relação com as condições de vida dos assentados.

No que diz respeito à produção e respondendo à hipótese desta pesquisa, o PRONAF - A ajudou no aumento da área plantada, em média de 5,4ha para 10,0ha, no aumento da produção e da produtividade das atividades agrícolas financiadas, de

11,5% no caso da cultura do feijão, e 62% na cultura do milho, além de provocar a diversificação das atividades exploradas. As atividades de bovinocultura e ovinocultura foram inseridas, porém não houve um aumento significativo no plantel. Em que pese o acréscimo nos rebanhos citados alguns fatores serviram como inibidores das criações: o desvio de finalidade do crédito, a baixa qualidade do rebanho adquirido, a falta de estrutura para criar os ovinos, Ressalve-se como fator positivo a utilização do rebanho como reserva de valor.

Outro fator importante a ser considerado é o de que outros programas são relevantes para ajudar a manter ou incrementar a produção, pois as dificuldades enfrentadas pelos produtores a cada safra podem variar. Se eles não recebem apoio no “momento certo” não conseguem desenvolver suas atividades como deveriam. No caso do Assentamento Normandia, uma das maiores dificuldades enfrentadas são: a falta de um trator para o preparo do solo, a falta de água constante que assola a comunidade, bem como a necessidade de um projeto de irrigação.

Com relação à ocupação, é necessário levar em consideração que o principal objetivo dos assentamentos é permitir a permanência dos produtores no meio rural. O PRONAF-A ajudou neste objetivo, pois manteve 40 empregos diretos. Além disso, com a expansão das áreas exploradas foi necessário o aumento da mão-de-obra utilizada. Com isso conclui-se que o programa também foi responsável pelo aumento de ocupações indiretas no assentamento pela necessidade da utilização da força de trabalho de outros assentados, como diaristas através de pagamento ou troca de diárias, o que pode ser considerado como renda indireta, que ameniza um dos problemas enfrentados por eles para produzir, que é a escassez de mão-de-obra e recursos financeiros para contratação de trabalhadores.

No tocante à assistência técnica, percebe-se que este serviço é essencial para o sucesso do PRONAF- A, pois são os técnicos que, dentro do ambiente institucional do PRONAF, são responsáveis pelas orientações necessárias para a execução do projeto, bem como o acompanhamento e a fiscalização dos empreendimentos financiados, já que são contratados para visitas periódicas e frequentes e emitem os laudos técnicos para liberação de parcelas restantes. Porém, no caso do Assentamento Normandia, este serviço não cumpriu com seus deveres em sua totalidade, pois como relatado pela maioria dos assentados, as visitas aconteciam por convivência dos técnicos da empresa contratada e os

assentados não conseguiram implantar o projeto coletivo. Apesar disso, deve-se considerar que na opinião de 58,6% de assentados este serviço foi suficiente.

Com a instituição da Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010, que institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER) e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (PRONATER), espera-se que a qualidade e a quantidade desse serviço melhorem. (BRASIL. LEI Nº 12.188, 2010).

Segundo os assentados, o crédito foi importante para a melhoria das suas condições de vida, porém percebeu-se que essas melhorias foram maiores para eles no ano de 2013, quando receberam o crédito, sendo que na época da pesquisa (2017), apenas aqueles que continuavam praticando as atividades financiadas e produzindo normalmente é que se sentiam mais satisfeitos. Ainda assim, é preciso considerar que a maioria dos assentados conseguiu não pagar a parcela do financiamento (houve perda da safra devido à falta de água, e um assalto que levou parte dos recursos dos agricultores), e só estão adimplentes por causa de sua prorrogação. Outra questão importante em relação ao crédito foram as reclamações quanto ao processo, principalmente na fase de liberação dos recursos e aquisição dos itens previstos no projeto, que precisa ser melhorado para que possa atender as reais necessidades dos produtores.

A maioria das avaliações realizadas em assentamentos não observa os efeitos específicos de um programa e mostra os resultados de forma geral. Este estudo pretendeu avaliar somente os efeitos gerados pelo PRONAF - A no Assentamento Normandia. Sabe-se, no entanto, que os resultados de um programa podem ser e são influenciados pela execução de outros.

Os resultados obtidos com a pesquisa mostram que PRONAF - A melhorou, em parte, a capacidade produtiva dos assentados. Em parte porque se percebe que a diferença na produção entre os assentados pode ser causada por fatores que não são considerados no desenho do programa, como por exemplo, o número de pessoas do domicílio, principalmente os que possuem o maior número de crianças, os problemas de saúde do próprio beneficiário ou de algum membro da família, além dos desvios da finalidade do crédito.

Apesar de algumas falhas encontradas na execução do PRONAF, é inegável que o programa conseguiu democratizar o acesso ao crédito no meio rural, pois está

atingindo o seu público, tendo em vista que a maior parte de suas receitas é advinda das atividades agropecuárias, e a mão-de-obra é essencialmente familiar. Além disso, vem se consolidando como a principal política destinada aos agricultores familiares.

Embora exista uma complexa heterogeneidade nesses produtores, que possuem diversidade cultural, climática, de renda e até mesmo de acesso aos serviços públicos, o programa tem potencial para modificar a capacidade produtiva dos agricultores, pois oferece baixas taxas de juros e concessão de bônus de adimplência, estimulando o desenvolvimento das atividades produtivas.

Outro fator importante é a grande dependência dos assentados para o escoamento da produção. Deste modo, deve-se garantir um mercado específico para os produtos, diminuir a distância entre os produtores e os consumidores, o que asseguraria uma remuneração maior, já que eliminaria a figura do atravessador e garantiria sua autonomia em relação a estes.

Ademais, sabe-se que o programa é desenhado para que seus efeitos tenham continuidade no longo prazo. Embora o estudo tenha sido feito com agricultores familiares que supostamente têm as mesmas condições de vida e produção, a heterogeneidade existente no meio rural é muito grande. Deste modo, no início do programa os efeitos são mais visíveis para os assentados, porém com o passar do tempo as dificuldades enfrentadas por eles, em particular, e as diferenças na administração do crédito recebido ocasionam diferentes variações positivas e negativas para cada um.

Neste sentido, percebe-se a importância da intersectorialidade das políticas públicas, tendo em vista que o crédito é apenas umas das demandas do agricultor familiar e não é suficiente para garantir as melhorias necessárias nas condições de vida deste. Assim, para terem acesso aos serviços essenciais e suprir suas necessidades básicas, os produtores têm um custo elevado devido à falta e/ou precariedade dos serviços públicos no meio rural, como transporte e saúde, por exemplo, já que muitas vezes têm de se desfazer de suas fontes de renda para sobreviver, e isso influenciou negativamente nos resultados do programa.

Seria humanamente impossível estudar nesta dissertação o Pronaf sobre todos os importantes aspectos que poderiam ser levados em conta, por exemplo, relação entre o PRONAF e a agricultura familiar sustentável do ponto de vista ambiental; A relação entre o PRONAF e outras políticas públicas para a agricultura

familiar à exemplo do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); entre outros. Dessa forma os aspectos econômicos e sociais foram os escolhidos para serem explorados nesse trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. Agricultura Familiar e Uso do Solo. **São Paulo em Perspectiva**, SP, v.11, n.2, p. 73-78, 1997.

ABRAMOVAY, R.; PIKETY, M. G. Política de crédito do programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar (PRONAF): resultados e limites da experiência brasileira nos anos 90. **Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília**, DF, v. 22, n. 1, p.53-66, jan./abr. 2005.

ALENTEJANO, P. R. O que há de novo no rural brasileiro? **Terra Livre**, São Paulo, n.15, p. 87-112, 2000.

ALTAFIN, I. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. 2007. Disponível em: < <http://comunidades.mda.gov.br/o/1635683> >. Acesso em: 20/01/2017.

ANJOS, F. S. et al. Familiar e políticas públicas: o impacto do PRONAF no Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, DF, v. 42, n. 3, p. 529-548, jul./set. 2004.

ARTICULAÇÃO NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO. Programa Um Milhão de Cisternas. Disponível em: <<http://www.asabrazil.org.br>>. Acesso em: 25 agosto 2017.

BACEN. Manual do crédito rural. Brasília: BACEN, 2005. Disponível em: <http://www4.bcb.gov.br>. Acesso em: 29 set. 2017.

BASTOS, F. **Ambiente institucional no financiamento da agricultura familiar**. São Paulo: Polis, 2006.

BERGAMASCO, S. M. P. P; NORDER, L. A. C. O que são assentamentos rurais? São Paulo: **Brasiliense**, 1996. (Coleção Primeiros Passos, 301).

BITTENCOURT, G. A. Abrindo a caixa preta: o financiamento da agricultura familiar no Brasil. 213 f. 2003. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente) - **Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas**, Campinas, 2003.

BNB. Mapa de localização de Caruaru- PE, 2016.

BNB. Mapa de localização de Caruaru- PE, 2017.

BRASIL. Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, altera a Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2010-2016/2010/Lei/L12188.htm>. Acesso em: 7 abr. 2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Agricultura familiar no Brasil e o **censo agropecuário 2006**. Brasília, DF, 2009. Disponível em: <www.mda.gov.br>.

Acesso em: 12 abr. 2016a.

BRASIL. Relatório de Gestão. PROCERA (Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária), Brasília: 2003.

_____. **Brasil:** montante do crédito rural do PRONAF por safra agrícola. Brasília, DF,

2010. Disponível em: <www.mda.gov.br/saf>. Acesso em: 20 mai. 2016b.

_____. **Brasil:** número de contratos e montante do crédito rural do PRONAF por ano fiscal. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <www.mda.gov.br/saf>. Acesso em: 10 abr.

2016c.

_____. **Declaração de Aptidão ao PRONAF.** Disponível em: <www.mda.gov.br>.

Acesso em: 5 abr. 2016d.

_____. **Plano Safra 2015/2016.** Disponível em: <www.mda.gov.br>. Acesso em: 05 jun. 2016e.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. Programa Luz para Todos. Disponível em:

<<http://www.mme.gov.br>>. Acesso em: 19 julho 2016.

CARNEIRO, M. J. Política pública e agricultura familiar: **uma leitura do PRONAF.** In: **Estudos Sociedade e Natureza**, Rio de Janeiro, n. 8, p. 70-82, abr. 1997.

CARVALHO, H. M. Formas de associativismo vivenciadas pelos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de reforma agrária no Brasil. Curitiba: **NEAD**, 1998.

CERQUEIRA, P. S.; ROCHA, A. G. **A agricultura familiar e o PRONAF**: elementos para uma discussão. Bahia Análise & Dados, Salvador, v. 12, n. 3, p. 105-117, dez. 2006.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. S. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

COIMBRA, V.; JARDIM, V.; OLIVEIRA, M. **Monitoramento e avaliação expansão e consolidação do Programa Saúde da Família (PROESF)**. Disponível em:

<http://www.epidemiologia.ufpel.org.br/proesf/qualitativo/estudo%20de%20caso.doc>
Acesso em: 19 dez 2015.

CONDEPE/FIDEM, V. **ESTUDOS DO AGRESTE (EDAGPE)**.

DENARDI, R. A. Agricultura familiar e políticas públicas: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 2, n. 3, jul./set. 2001.

FERREIRA, Brancolina et al. A agricultura familiar e o PRONAF: contexto e perspectivas. In.: GASQUES, José Garcia; CONCEIÇÃO, Junia Cristina P. R. da (org.). Transformações da agricultura e políticas públicas. Brasil: IPEA, 2001, p. 480-537.

FRREIRA, G. A. L. As Políticas setoriais para a agricultura familiar: **uma avaliação do PRONAF**. R.RA'E GA, Curitiba, n. 1, p. 77-88, 2006.

GEHLEN, I. Políticas públicas e desenvolvimento social rural. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 95-103, jun. 2004.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. ed. São Paulo: **Atlas**, 1999.

GUILHOTO, J. J. M. et al. PIB da Agricultura familiar: **Brasil-Estados**. Brasília, DF: MDA, 2007. (NEAD Estudos, n. 19).

HOFLING, H. M. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes**, ano 21, n. 55, p. 30-41, nov. 2001.

HOLANDA, N. **Avaliação de programas**: conceitos básicos sobre a avaliação “expost” de programas e projetos. Pernambuco: ABC Editora, 2006.

INCRA/FAO. Crédito instalação. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br>>. Acesso em: 19 maio 2010.

_____. **Novo retrato da agricultura familiar**. Brasília, DF, 2000.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2009. Agricultura Familiar no Brasil – 2009. Rio de Janeiro: IBGE.

LEITE, S. et al. (Org.). **Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. Brasília, DF: Unesp, 2004. (Estudos NEAD, n. 6).

LEITE, S. (Org.). **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

MAGALHÃES, R. & ABRAMOVAY, R. **Acesso, uso e sustentabilidade do PRONAF B**. São Paulo: MDA/FIPE, 2006. 25p.

MARQUES, V. P. M. A.; DEL GROSSI, M. E.; FRANÇA, C. G. **O Censo 2006 e a reforma agrária: aspectos metodológicos e primeiros resultados**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2012. 108p.

MATTEI, L. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): concepção, abrangência e limites observados**. In: ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, 4. 2001, Belém. Anais... Belém, 2001.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 6.ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

MORENO, G. **Terra e poder em Mato Grosso**: política e mecanismos de burla (1892-1992). Cuiabá: Entrelinhas; EDUFMT, 2007.

ORTEGA, Francisco. 1999. *Avanço da Agricultura Familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 2008.

_____. **PRONAF 10 anos**: mapa da produção acadêmica. Brasília, DF: MDA, 2006. (NEAD Estudos, n. 12).

MIRANDA, V. M. M. de; ACUÑA, R. P. G.; TAVARES, G. O. **O Sistema misto de produção nos assentamentos rurais de Pernambuco**: organização e experiências camponesas. Pernambuco: Banco do Nordeste do Brasil, 2011.

MUNIZ, C. Reflexões sobre a criação e implementação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). **Revista Avaliação de Políticas Públicas**, v. 1, n. 1, p. 91-99, jan./jun. 2008.

PAULA, L. A. M. **Reforma agrária como uma estratégia de desenvolvimento**. Pernambuco, 1991.

PIETRAFESA, J. P. **Agricultura familiar: a construção de um conceito**. Candeia: Na Construção de uma Sociedade Humana e Ambientalmente Sustentável, Goiânia, ano 3, n. 4, p. 17-30, nov. 2002.

PROSCÊNCIO, Patrícia A. **No descompasso da reforma agrária. União camponesa – Tamarana**. (monografia de conclusão de curso), Londrina: Departamento de Geociências, UEL, 1999.

SANTOS, Almir Bispo dos. Agricultura familiar e política pública – o PRONAF em Sergipe. ANTONELLO, Ideni Terezinha; VARGAS, Maria Augusta Mundim. (orgs.) **Visões do espaço rural**. Aracaju: Triunfo, 2001, p. 19-146.

REZENDE, G. C de. Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (Procer): institucionalidade, subsídio e eficácia. Rio de Janeiro. **IPEA**, 1999. (Texto para Discussão, n. 648).

RUIZ, J. A. Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos. 6. ed. São Paulo: **Atlas**, 2006.

SCHNEIDER, S., CAZELLA, A.; MATTEI, L. Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF – **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**.

In: SCHNEIDER, S. et al. (Org.). **Políticas públicas e participação social no Brasil rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. 3. ed. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2001.

TEIXEIRA, J. C. Modernização da agricultura no Brasil: impactos econômicos, sociais e ambientais. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros** – Seção Três Lagoas, Três Lagoas, v. 2, n. 2, set. 2005.

TONNEAU, J. P.; AQUINO, J. R.; TEIXEIRA, O. A. Modernização da agricultura familiar e exclusão social: o dilema das políticas agrícolas. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, DF, v. 22, n. 1, p. 67-82, 2005

APÊNDICE Nº 01 – ROTEIRO DE ENTREVISTA INDIVIDUAL

ROTEIRO DE ENTREVISTA

LOCAL: Caruaru - PE

Data da entrevista: ____/_____/____ Hora do início: ____/____ Hora de término: ____/____

Sexo: ()M ()F

- 1) **OBJETIVO ESPECÍFICO 1** – Analisar como a comunidade listada tem contribuído para a efetiva incorporação dos benefícios do PRONAF- A quanto à sustentabilidade econômica e social do assentamento.

I. Papel da liderança

1. Quais tem sido as contribuições da liderança para o sucesso do PRONAF- A junto à comunidade?
2. A seu ver a liderança exerce papel: ativo, passivo? Outro? Justifique.
3. Qual tem sido a participação das lideranças para obtenção de assistência técnica?

II. Capital Social

4. Os associados reúnem-se com que frequência?
5. Há estímulos à participação efetiva dos associados nas questões importantes da comunidade?
1) *Muito pouco* 2) *Pouco* 3) *Razoavelmente* 4) *muito* 5) *Extremamente*
6. As decisões dos associados são acatadas pelos líderes?
1) *Muito pouco* 2) *Pouco* 3) *Razoavelmente* 4) *muito* 5) *Extremamente*

Explique:

7. Tem havido uma maior participação e poder de decisão a partir do PRONAF?

1) *Muito pouco* 2) *Pouco* 3) *Razoavelmente* 4) *muito* 5) *Extremamente*

Comente:

III. Geral

8. Tem havido algum planejamento para efeito da utilização dos recursos PRONAF?

1) *Muito pouco* 2) *Pouco* 3) *Razoavelmente* 4) *muito* 5) *Extremamente*

Justifique:

9. Que tipo de organização vem sendo adotada para colher os resultados do programa (formação de grupos etc)?

APÊNDICE Nº 02 – ROTEIRO DE ENTREVISTA INDIVIDUAL

ROTEIRO DE ENTREVISTA

LOCAL: Caruaru - PE

Data da entrevista: ____/____/____ Hora do início:____/____ Hora de término:____/____

Sexo: ()M ()F

OBJETIVO ESPECÍFICO 02 – *Verificar as contribuições do PRONAF-A para o aumento da capacidade produtiva, da geração de emprego e de renda das famílias assentadas.*

I. EMPREGO

1. Onde morava antes de vir para o assentamento?
2. Há quanto anos vive no assentamento?
3. Trabalhava com que atividade antes de vir para o assentamento?
4. Quantas pessoas vivem no seu domicílio?
5. Quantas pessoas trabalham nas atividades rurais desenvolvidas na propriedade? (____)
6. Todas as pessoas que trabalham nas atividades rurais desenvolvidas na propriedade são da sua família?
 - 6.1. SIM (____) (pule para a 7)
 - 6.1.2.NÃO (____) Por Que? _____
 - 6.1.2.2.Quem são as outras pessoas? _____
 - 6.2.2 Todas recebem algum rendimento?
 - 6.2.2.1 SIM (Quanto?) (____).
 - 6.2.2.2 NÃO (____)

II. ASSISTÊNCIA TÉCNICA

7. O senhor(a) recebeu assistência técnica no projeto?

1) *Muito pouco* 2) *Pouco* 3) *Razoavelmente* 4) *muito* 5) *Extremamente*

Comente: _____

8. Quem fornece assistência técnica?

8.1. Técnicos autônomos (___). 8.6. Empresas de planejamento (___).

8.2 Emater (___). 8.7. Fornecedores de insumos (___).

8.3. A Agroindústria (___). 8.8. ONGs (___).

8.4. Cooperativas ou associações de produtores (___).

8.5. Outros. (___) Quais? _____

9. Com que frequência o senhor(a) recebeu assistência técnica prevista no projeto?

8.1. Semanal (___). 8.3. Mensal (___). 8.5. Semestral (___).

8.2. Quinzenal (___). 8.4. Bimestral (___). 8.6. Anual (___).

8.7. Não recebeu (___).

Comente _____

10. Em que momento do desenvolvimento de suas atividades o senhor(a) recebeu esse apoio técnico?

10.1. Apenas no período de desembolsos. (___)

10.2. Visitas regulares durante o desenvolvimento das atividades. (___)

10.3. Outro. (___) Qual? _____

11. O senhor(a) considera que a assistência técnica prevista no projeto ajudou a melhorar a sua produção?

1) *Muito pouco.* 2) *Pouco.* 3) *Razoavelmente.* 4) *muito.* 5) *Extremamente.*

Comente _____

12. O senhor(a) recebeu assistência técnica de outra instituição?

12.1 SIM. (____) Desde quando? _____ 12.2 NÃO (____)

III. CRÉDITO

13. Utiliza outras fontes de financiamento além do crédito do PRONAF – A?

13.1. SIM (____). 13.2. NÃO (____) (Pule para a 15)

14. Que outras fontes de financiamento utiliza?

15.1. Cooperativa de Crédito (____). 15.5. Parentes (empréstimos) (____)

15.2. Cooperativa ou Associação(____). 15.6. Particulares não parentes(____)

15.3. Comerciantes (____). 15.4. PRONAF para outros membros da família (____)

15. 7. Outra linha do PRONAF. Qual? _____

15.8. Empresa integradora. Qual? _____

15.9. Outra. Qual? _____

16. O senhor está em situação de regularidade com o(os) financiamentos adquiridos?

16.1. SIM (____). 16.2. NÃO (____).

16.2.1. Em caso Negativo, quais os motivos? _____

16. Teve alguma dificuldade para pagar o(os) empréstimos obtidos pelo PRONAF?

16.1. Sim (____). 16.2. NÃO. (____) (Pule para a 17).

16.1.1. Em caso afirmativo, qual a(as) dificuldades?

16.1.1.1. Baixa produtividade (____).

16.1.1.3. Custo de produção (____).

16.1.1.5. Frustração da safra (____).

16.1.1.2. Baixo preço de comercialização (___).

16.1.1.4. Crédito, prazos, juros... (___).

16.1.1.6. Outra. (___). Qual? _____

17. De onde vem a fonte para o pagamento do financiamento?

17.1 Atividades Rurais (___). 17.2 Atividades não-rurais? (___).

17.3. Aposentadoria (___). 17.4. Outras Fontes: (___). Quais? _____

18. O senhor(a) percebe mudanças nas condições de vida de sua família após receber o financiamento do PRONAF?

1) *Muito pouco* 2) *Pouco* 3) *Razoavelmente* 4) *muito* 5) *Extremamente*

Comente _____

19. Deseja obter outros recursos do PRONAF?

20.1. SIM (___). 20.2. NÃO (___). 20.3. Não Sabe (___) (pule para a 20)

20.1.1. Se Sim, quais as finalidades?

20.1.1.1. Custeio (___). 20.1.1.4. Outros Investimentos (___).

20.1.1.2. Aquisição de máquinas, equipamentos(___).

20.1.1.5 Capital giro (___).

20.1.1.3. Comprar matéria-prima (___).

20.1.1.6. Outros. (___) Quais? _____

20.2.2. Se Não, Por Que? _____

20.3. Não Sabe (___).

IV. PRODUÇÃO

20. O (A) Senhor participou da escolha das atividades financiadas?

20.1. SIM (___).

20.2. NÃO (___).

20.2.1. Como foi decidido? _____

20.2.2. Quais atividades o senhor(a) gostaria de ter financiado?

21. O Senhor praticava atividades financiadas antes do financiamento do PRONAF?

21.1. SIM (___).

21.2. NÃO (___).

21.2.1. Se Não, que atividade praticava? _____

22. O senhor ainda pratica atividades financiadas?

22.1 SIM (___).

22.2. NÃO (___).

22.3.1. Em caso negativo, que atividades pratica? _____

23. O senhor aumentou a área plantada?

23.1. SIM (___).

23.2. NÃO (___).

24. Qual o tamanho da área plantada Antes e Depois do financiamento?

25. O senhor considera que o PRONAF ajudou a melhorar a sua produção?

1) *Muito pouco* 2) *Pouco* 3) *Razoavelmente* 4) *muito* 5) *Extremamente*

Comente _____

26. Que tipo de apoio o senhor gostaria de receber para melhorar a sua produção?

27. De qual instituição espera de receber apoio?

28. Quais as dificuldades enfrentadas para produzir?

V. RENDA

29. Qual a renda mensal de sua família? _____

30. De onde provém sua maior renda?

30.1. Produção agropecuária (___). 30.2. Aposentadoria/Pensão (___).

30.3. Serviços temporários? (___). 30.4. Comércio(___). 30.5.Artesanato (___).

30.6. Outros (___). Quais? _____

31. O senhor(a) considera que o PRONAF- A ajudou a melhorar a sua renda?

1) *Muito pouco* 2) *Pouco* 3) *Razoavelmente* 4) *muito* 5) *Extremamente*

Comente: _____

VI. INFRAESTRUTURA

32. O senhor(a) utiliza todas as aquisições fixas e semifixas adquiridas com o financiamento?

32.1. SIM (___). 32.2. Não (___).

32.2.1. Por que? _____

33. Como está a situação das aquisições hoje?

33.1. Boas e em atividade (___). 33.2. Regulares e em atividade (___).

33.3. Ruins, mas em atividade (___).

33.4. Outras. (___) Quais? _____

34. O senhor exerce alguma atividade não rural?

34.1. SIM (___). 34.2. NÃO (___).

34.1.1. Se afirmativo, quais? _____

3.5. O senhor(a) participa das atividades coletivas?

32.1. SIM (___). 32.2. NÃO (___). (Por que?): _____

36. Qual a sua opinião sobre as atividades coletivas?

